

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
---	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	101
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	103
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.719.588
Preferenciais	346.664.408
Total	544.383.996
Em Tesouraria	
Ordinárias	26.468
Preferenciais	8.295.088
Total	8.321.556

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/02/2011	Dividendo	17/03/2011	Ordinária		0,47000
Reunião do Conselho de Administração	23/02/2011	Dividendo	17/03/2011	Preferencial		0,47000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	6.520.670	6.539.581
1.01	Ativo Circulante	346.927	563.952
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	227.141	407.704
1.01.02	Aplicações Financeiras	15	12.758
1.01.03	Contas a Receber	77.914	73.593
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	77.914	73.593
1.01.03.02.01	Dividendos	75.598	72.787
1.01.03.02.02	Demais contas a receber	2.316	806
1.01.06	Tributos a Recuperar	41.857	69.897
1.02	Ativo Não Circulante	6.173.743	5.975.629
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	799.832	790.299
1.02.01.06	Tributos Diferidos	200	185
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	200	185
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	756.962	780.869
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	42.670	9.245
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	42.438	9.013
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	232	232
1.02.02	Investimentos	5.127.748	4.939.167
1.02.02.01	Participações Societárias	5.127.748	4.939.167
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.127.748	4.939.167
1.02.04	Intangível	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	6.520.670	6.539.581
2.01	Passivo Circulante	41.652	189.589
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	111	110
2.01.02	Fornecedores	3	110
2.01.03	Obrigações Fiscais	20	12
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.421	2.711
2.01.04.02	Debêntures	37.421	2.711
2.01.05	Outras Obrigações	4.097	186.646
2.01.05.02	Outros	4.097	186.646
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.883	186.432
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	214	214
2.02	Passivo Não Circulante	1.198.235	1.196.662
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.194.932	1.193.405
2.02.01.02	Debêntures	1.194.932	1.193.405
2.02.04	Provisões	3.303	3.257
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.303	3.257
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	3.303	3.257
2.03	Patrimônio Líquido	5.280.783	5.153.330
2.03.01	Capital Social Realizado	3.696.773	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	7.688	7.688
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.448	7.590
2.03.04	Reservas de Lucros	1.393.956	1.462.279
2.03.04.01	Reserva Legal	180.854	180.854
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	68.323
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-119.964	-119.964
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	193.120	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-75	-2.403
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-18.127	-18.597

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	188.651	127.029
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.705	-1.679
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.724	2.465
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	188.632	126.243
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	188.651	127.029
3.06	Resultado Financeiro	6.613	-2.309
3.06.01	Receitas Financeiras	41.210	24.473
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.597	-26.782
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	195.264	124.720
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.249	515
3.08.01	Corrente	-2.265	-4
3.08.02	Diferido	16	519
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	193.015	125.235
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	193.015	125.235
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,36000	0,23000
3.99.01.02	PN	0,36000	0,23000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,36000	0,23000
3.99.02.02	PN	0,36000	0,23000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	193.015	125.235
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.798	-11.714
4.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	2.328	2.031
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	470	-13.745
4.03	Resultado Abrangente do Período	195.813	113.521

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.533	108.001
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.480	125.314
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	193.015	125.235
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em sociedades controladas e coligadas	-188.632	-126.243
6.01.01.03	Juros, variações monetárias e cambiais	9.113	7.851
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-16	-519
6.01.01.05	Dividendos recebidos de controladas	0	118.990
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.947	-17.313
6.01.02.01	Impostos a recuperar (AC)	28.040	901
6.01.02.02	Demais contas a receber (AC)	-1.510	-2.375
6.01.02.03	Fornecedores (PC)	-107	-9.878
6.01.02.04	Salários e encargos sociais (PC)	1	0
6.01.02.05	Obrigações tributárias (PC)	8	-1.369
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social (PC)	0	5
6.01.02.07	Demais contas a pagar (PC)	0	-198
6.01.02.08	Impostos a recuperar (RLP)	-33.425	-4.425
6.01.02.09	Depósitos judiciais (RLP)	0	-15
6.01.02.10	Provisão para contingências (ELP)	46	41
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	12.743	-20.000
6.02.01	Aplicações Financeiras, líquidas de resgates	12.743	-20.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-199.839	-114.620
6.03.03	Dividendos pagos	-250.872	-158.736
6.03.05	Sociedades relacionadas	51.033	44.116
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-180.563	-26.619
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	407.704	58.926
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	227.141	32.307

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-68.323	0	0	0	-68.323
5.04.08	Reversão dos Dividendos Adicionais do Ano Anterior	0	-68.323	0	0	0	-68.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	193.015	2.798	195.813
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	193.015	0	193.015
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.798	2.798
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.328	2.328
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	470	470
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-142	0	105	0	-37
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-142	0	142	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-37	0	-37
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-104.828	1.513.920	193.120	-18.202	5.280.783

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	-54.226	1.183.442	0	-9.377	4.816.612
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	-54.226	1.183.442	0	-9.377	4.816.612
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-56.856	0	0	0	-56.856
5.04.08	Reversão dos Dividendos Adicionais do Ano Anterior	0	-56.856	0	0	0	-56.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	125.235	-11.714	113.521
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	125.235	0	125.235
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.714	-11.714
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.031	2.031
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-13.745	-13.745
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-331	0	285	0	-46
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-331	0	331	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-46	0	-46
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-111.413	1.183.442	125.520	-21.091	4.873.231

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	996	1.676
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.705	-1.679
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	3.701	3.355
7.03	Valor Adicionado Bruto	996	1.676
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	996	1.676
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	229.842	150.716
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	188.632	126.243
7.06.02	Receitas Financeiras	41.210	24.473
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	230.838	152.392
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	230.838	152.392
7.08.01	Pessoal	822	733
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	632	-1.575
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.369	27.999
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	193.015	125.235
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	193.015	125.235

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	12.797.852	12.989.843
1.01	Ativo Circulante	6.190.417	6.457.487
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.415.106	2.642.418
1.01.02	Aplicações Financeiras	377.482	558.209
1.01.03	Contas a Receber	1.755.252	1.733.858
1.01.03.01	Clientes	1.738.423	1.715.709
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.829	18.149
1.01.04	Estoques	1.258.473	1.133.537
1.01.06	Tributos a Recuperar	326.803	354.317
1.01.07	Despesas Antecipadas	57.301	35.148
1.02	Ativo Não Circulante	6.607.435	6.532.356
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.226.020	1.167.783
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	675	12.557
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	7.193	7.193
1.02.01.03	Contas a Receber	99.760	97.362
1.02.01.03.01	Clientes	99.196	96.668
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	564	694
1.02.01.06	Tributos Diferidos	575.042	564.397
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	575.042	564.397
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	39.435	40.611
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.174	10.144
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	493.741	435.519
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	99.558	54.770
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	394.183	380.749
1.02.02	Investimentos	15.514	15.258
1.02.02.01	Participações Societárias	15.514	15.258
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	12.589	12.465
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.925	2.793
1.02.03	Imobilizado	4.050.301	4.003.704
1.02.04	Intangível	1.315.600	1.345.611

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	12.797.852	12.989.843
2.01	Passivo Circulante	2.727.945	2.517.929
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	190.635	228.215
2.01.02	Fornecedores	876.779	941.177
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	823.306	901.272
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	53.473	39.905
2.01.03	Obrigações Fiscais	218.078	234.703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.338.045	820.484
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.297.949	813.516
2.01.04.02	Debêntures	37.421	2.711
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.675	4.257
2.01.05	Outras Obrigações	45.925	236.749
2.01.05.02	Outros	45.925	236.749
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.982	192.493
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	20.287	29.684
2.01.05.02.05	Receita Diferida	15.656	14.572
2.01.06	Provisões	58.483	56.601
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	41.512	39.626
2.01.06.01.05	Provisões para contingências	41.512	39.626
2.01.06.02	Outras Provisões	16.971	16.975
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.911	5.636
2.01.06.02.04	Benefícios pós-emprego	12.060	11.339
2.02	Passivo Não Circulante	4.765.517	5.296.331
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.015.937	4.575.549
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.802.602	3.380.856
2.02.01.02	Debêntures	1.212.249	1.193.405
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.086	1.288
2.02.02	Outras Obrigações	76.380	72.148
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.051	4.021
2.02.02.02	Outros	72.329	68.127
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	65.522	62.215
2.02.02.02.04	Receita diferida	6.807	5.912
2.02.03	Tributos Diferidos	31.853	26.712
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.853	26.712
2.02.04	Provisões	641.347	621.922
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	488.816	470.505
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	488.816	470.505
2.02.04.02	Outras Provisões	152.531	151.417
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	60.090	58.255
2.02.04.02.04	Benefícios Pós-emprego	92.441	93.162
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.304.390	5.175.583
2.03.01	Capital Social Realizado	3.696.773	3.696.773
2.03.02	Reservas de Capital	7.688	7.688
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.448	7.590
2.03.04	Reservas de Lucros	1.393.956	1.462.279
2.03.04.01	Reserva Legal	180.854	180.854

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.333.066	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	68.323
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-119.964	-119.964
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	193.120	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-75	-2.403
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-18.127	-18.597
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	23.607	22.253

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.806.074	9.933.392
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.980.364	-9.238.108
3.03	Resultado Bruto	825.710	695.284
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-491.608	-447.603
3.04.01	Despesas com Vendas	-310.320	-279.266
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-192.734	-175.854
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.581	7.098
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	2.739	394
3.04.05.01	Resultado na venda de bens, líquido	2.739	394
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	126	25
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	334.102	247.681
3.06	Resultado Financeiro	-66.375	-73.250
3.06.01	Receitas Financeiras	85.634	48.321
3.06.02	Despesas Financeiras	-152.009	-121.571
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	267.727	174.431
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-73.545	-51.579
3.08.01	Corrente	-53.203	-23.796
3.08.02	Diferido	-20.342	-27.783
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	194.182	122.852
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	194.182	122.852
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	193.015	126.045
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.167	-3.193
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,36000	0,24000
3.99.01.02	PN	0,36000	0,24000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,36000	0,24000
3.99.02.02	PN	0,36000	0,24000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	194.182	122.852
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.798	-11.714
4.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	2.328	2.031
4.02.02	Ajustes acumulados de conversão	470	-13.745
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	196.980	111.138
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	195.813	114.331
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.167	-3.193

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	201.335	78.493
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	472.509	377.408
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	194.182	122.852
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em sociedades coligadas	-126	-25
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	135.912	131.881
6.01.01.04	Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	2.429	2.114
6.01.01.05	Despesas com retirada de tanques	-783	-1.061
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	123.741	93.647
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.342	27.783
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	-2.739	-394
6.01.01.09	Outros	-449	611
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-271.174	-298.915
6.01.02.01	Contas a receber de clientes (AC)	-22.714	29.296
6.01.02.02	Estoques (AC)	-118.691	-70.108
6.01.02.03	Impostos a recuperar (AC)	27.514	9.671
6.01.02.04	Demais contas a receber (AC)	1.320	4.537
6.01.02.05	Despesas do exercício seguinte (AC)	-22.153	-24.716
6.01.02.06	Fornecedores (PC)	-38.887	-224.284
6.01.02.07	Salários e encargos sociais (PC)	-37.580	-43.411
6.01.02.08	Obrigações tributárias (PC)	-19.452	36.530
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social (PC)	2.827	19.250
6.01.02.10	Demais contas a pagar (PC)	-5.706	-18.481
6.01.02.11	Contas a receber (RLP)	-2.528	10.407
6.01.02.12	Impostos a recuperar (RLP)	-44.788	-12.126
6.01.02.13	Depósitos judiciais (RLP)	-13.434	-15.271
6.01.02.14	Demais contas a receber (RLP)	130	308
6.01.02.15	Despesas do exercício seguinte (RLP)	1.176	339
6.01.02.16	Provisão para contingências (ELP)	18.311	-13.027
6.01.02.17	Demais contas a pagar (ELP)	3.481	12.171
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.410	-179.444
6.02.01	Aplicações Financeiras, líquidas de resgates	192.609	28.743
6.02.02	Venda (Aquisição) de Investimento Líquido	-25.514	0
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-157.444	-173.916
6.02.05	Aumento no intangível	-45.145	-38.730
6.02.06	Receita com a venda de bens	20.084	4.459
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-413.140	-283.552
6.03.01	Financiamentos e debêntures - captação	135.492	1.048.107
6.03.02	Financiamentos e debêntures - amortização	-295.830	-1.152.144
6.03.04	Contraprestação de arrendamento mercantil	-1.968	-3.297
6.03.05	Dividendos pagos	-250.834	-163.079
6.03.06	Diminuição de acionistas não controladores	0	-11.369
6.03.07	Sociedades relacionadas	0	-1.770
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-97	-2.600
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-227.312	-387.103
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.642.418	1.887.499

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.415.106	1.500.396

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330	22.253	5.175.583
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	-36.363	1.513.920	0	-21.000	5.153.330	22.253	5.175.583
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-68.323	0	0	0	-68.323	0	-68.323
5.04.08	Reversão dos dividendos adicionais do ano anterior	0	-68.323	0	0	0	-68.323	0	-68.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	193.015	2.798	195.813	1.167	196.980
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	193.015	0	193.015	1.167	194.182
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.798	2.798	0	2.798
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.328	2.328	0	2.328
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	470	470	0	470
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-142	0	105	0	-37	187	150
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-142	0	142	0	0	190	190
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-37	0	-37	0	-37
5.06.05	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-3	-3
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-104.828	1.513.920	193.120	-18.202	5.280.783	23.607	5.304.390

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.696.773	-54.226	1.176.962	0	-9.377	4.810.132	35.119	4.845.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.696.773	-54.226	1.176.962	0	-9.377	4.810.132	35.119	4.845.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-56.856	0	0	0	-56.856	-11.631	-68.487
5.04.08	Reversão dos dividendos adicionais do ano anterior	0	-56.856	0	0	0	-56.856	0	-56.856
5.04.09	Redução de capital da controlada indireta Utingás Armazenadora Ltda.	0	0	0	0	0	0	-11.631	-11.631
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	126.045	-11.714	114.331	-3.193	111.138
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	126.045	0	126.045	-3.193	122.852
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.714	-11.714	0	-11.714
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	2.031	2.031	0	2.031
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-13.745	-13.745	0	-13.745
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-331	0	285	0	-46	342	296
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-331	0	331	0	0	342	342
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-46	0	-46	0	-46
5.07	Saldos Finais	3.696.773	-111.413	1.176.962	126.330	-21.091	4.867.561	20.637	4.888.198

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	11.139.158	10.271.587
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.181.886	10.314.016
7.01.02	Outras Receitas	-41.222	-40.900
7.01.02.01	Resultado com a venda de bens	2.739	394
7.01.02.02	Abatimentos, descontos e devoluções	-43.961	-41.294
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.506	-1.529
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.263.111	-9.475.860
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.454.497	-8.747.460
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-294.351	-264.906
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.810	3.500
7.02.04	Outros	-516.073	-466.994
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-516.073	-466.994
7.03	Valor Adicionado Bruto	876.047	795.727
7.04	Retenções	-138.341	-133.995
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-138.341	-133.995
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	737.706	661.732
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	101.751	59.520
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	126	25
7.06.02	Receitas Financeiras	85.634	48.321
7.06.03	Outros	15.991	11.174
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	15.991	11.174
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	839.457	721.252
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	839.457	721.252
7.08.01	Pessoal	247.506	217.943
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	235.585	263.103
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	162.184	117.354
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	194.182	122.852
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	194.182	122.852



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

MD&A - ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS Primeiro Trimestre 2011

(1) Indicadores Econômicos – Consolidado:

(R\$ milhões)	1° Tri 11	1° Tri 10	4° Tri 10	Variação 1T11 X 1T10	Variação 1T11 x 4T10
Vendas Líquidas	10.806,1	9.933,4	11.255,1	9%	-4%
C.P.V.	(9.980,4)	(9.238,1)	(10.406,2)	8%	-4%
Lucro Bruto	825,7	695,3	849,0	19%	-3%
Despesas Gerais, Adm. e Vendas	(503,1)	(455,1)	(520,8)	11%	-3%
Outros Resultados Operacionais, líquidos	8,6	7,1	(1,0)	21%	943%
Resultado na Venda de Bens	2,7	0,4	69,7	595%	-96%
Lucro Operacional	334,0	247,7	396,8	35%	-16%
Resultado Financeiro	(66,4)	(73,3)	(64,4)	- 9%	3%
Equivalência Patrimonial de Coligadas	0,1	0,0	0,2	404%	-23%
Lucro antes dos Impostos	267,7	174,4	332,5	53%	-19%
Imposto de Renda e Contrib. Social	(81,5)	(58,7)	(93,8)	39%	-13%
Incentivos Fiscais	7,9	7,1	6,3	11%	26%
Lucro Líquido do Período	194,2	122,9	245,0	58%	-21%
Lucro Líquido Ultrapar	193,0	126,0	244,7	53%	-21%
Participação de Acionistas Não Controladores	1,2	(3,2)	0,3	n/a	316%
EBITDA	467,1	379,1	464,9	23%	0%
Tons mil de GLP vendido	381,4	370,6	403,2	3%	-5%
M³ mil de combustíveis vendido	4.898,1	4.596,8	5.324,3	7%	-8%
Tons mil de Químicos vendidos	156,3	163,8	170,0	-5%	-8%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Considerações sobre as informações financeiras e operacionais

Padrões e critérios aplicados na preparação das informações

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a CVM tornou obrigatória a adoção dos padrões contábeis internacionais (International Financial Reporting Standards – “IFRS”) na apresentação das demonstrações financeiras das companhias abertas no Brasil. Sendo assim, as demonstrações financeiras consolidadas da Ultrapar do ano de 2010 e do trimestre findo em 31 de março de 2011 foram preparadas de acordo com o IFRS, que diferem em certos aspectos das diretrizes contábeis anteriormente adotadas no Brasil.

Para um entendimento dos efeitos da adoção do IFRS, disponibilizamos planilhas financeiras no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Ultrapar (www.ultra.com.br) com demonstrativos dos impactos decorrentes das alterações contábeis introduzidas pelo IFRS sobre as principais contas das demonstrações financeiras de 2009 e 2010, em comparação aos valores que teriam sido obtidos caso não tivessem existido tais modificações. Informações adicionais referentes às alterações decorrentes da adoção do IFRS estão disponíveis na nota explicativa 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

As informações financeiras da Ultragas, Ipiranga, Oxiteno e Ultracargo são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações financeiras consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, exceto quando indicado, os valores incluídos nesta discussão de resultados são apresentados em R\$ milhões e, portanto, sujeitos a arredondamentos. Como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Efeito do desinvestimento – Transporte rodoviário, logística interna e armazenagem de sólidos da Ultracargo

Em 1º de julho de 2010, a Ultrapar concluiu a venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário da Ultracargo, com a transferência das quotas da AGT – Armazéns Gerais e Transporte Ltda. e da Petrolog Serviços e Armazéns Gerais Ltda. para a Aqces Logística Internacional Ltda. e recebimento de R\$ 74 milhões, que se soma ao depósito de R\$ 8 milhões recebido no anúncio da operação em 31 de março de 2010. Em outubro de 2010, a Ultrapar desembolsou R\$ 2 milhões relativos ao ajuste previsto de capital de giro. As demonstrações financeiras da Ultrapar e da Ultracargo a partir do 3T10 deixaram de incluir os resultados dos negócios vendidos.

Efeito da aquisição – DNP

Em 26 de outubro de 2010, a Ultrapar anunciou a assinatura do contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda. (“DNP”). O valor da aquisição totaliza R\$ 85 milhões, com desembolso inicial de R\$ 47 milhões em novembro de 2010 e desembolso adicional de R\$ 26 milhões em janeiro de 2011, sujeito ao ajuste final de capital de giro. As demonstrações financeiras da Ultrapar e da Ipiranga passaram a consolidar os resultados do negócio adquirido a partir da conclusão da aquisição, ocorrida em 1º de novembro de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(2) Análise do desempenho:

Vendas Líquidas: A receita líquida consolidada da Ultrapar atingiu R\$ 10.806 milhões no 1T11, 9% acima da receita líquida apurada no 1T10, em função do crescimento de receita verificado na Ultragas, Ipiranga e Oxiteno. Em relação ao 4T10, a receita líquida da Ultrapar apresentou redução de 4%, em função da sazonalidade entre períodos.

Ultragas: No 1T11, a Ultragas atingiu o volume de vendas de 381 mil toneladas, crescimento de 3% em relação ao 1T10. No segmento envasado, o volume vendido da Ultragas apresentou crescimento de 1% em relação ao 1T10. O segmento granel apresentou crescimento de 7%, fruto do maior nível de atividade econômica e dos investimentos realizados na captura de novos clientes. Em relação ao 4T10, o volume vendido apresentou redução de 5%, em função da sazonalidade entre os períodos. A receita líquida da Ultragas foi de R\$ 866 milhões no 1T11, aumento de 3% em relação ao 1T10, em linha com a variação no volume vendido. Em relação ao 4T10, a receita líquida apresentou redução de 6%, em função do volume sazonalmente menor.

Ipiranga: O volume de vendas da Ipiranga totalizou 4.898 mil metros cúbicos no 1T11, 7% acima do volume vendido no 1T10. O volume vendido no 1T11 de combustíveis para veículos leves cresceu 11%, em função do crescimento estimado de 8% da frota de veículos leves e dos investimentos realizados para a expansão da rede. O volume de diesel apresentou crescimento de 4%, em função do crescimento da economia brasileira. Em relação ao 4T10, houve redução de 8% no volume vendido em função da sazonalidade entre períodos, com redução nos volumes de diesel e etanol, parcialmente compensada pelo crescimento de 3% no volume de gasolina, o qual reflete a menor disponibilidade e competitividade do etanol no 1T11. A receita líquida da Ipiranga totalizou R\$ 9.333 milhões no 1T11, 9% acima da receita líquida do 1T10, principalmente em função do maior volume vendido e do aumento nos custos do etanol, decorrente da menor disponibilidade do produto. Em relação ao 4T10, a receita líquida da Ipiranga apresentou redução de 4%, em função do volume sazonalmente menor, parcialmente compensado pelo aumento nos custos do biodiesel e do etanol e pela maior participação de gasolina na composição de vendas.

Oxiteno: O volume de vendas da Oxiteno totalizou 156 mil toneladas, redução de 5% (7 mil tons) em relação ao volume do 1T10, principalmente em função de paradas não-programadas no polo petroquímico de Camaçari, decorrentes do blecaute de energia elétrica na região Nordeste no início de 2011. No mercado interno, o volume vendido reduziu 7% (9 mil tons), em função das paradas não programadas no polo de Camaçari, redução parcialmente compensada pelo crescimento no segmento de cosméticos e detergentes, permitindo uma melhor composição de vendas neste período. No mercado externo, o volume vendido apresentou crescimento de 3% (1 mil ton), decorrente do maior volume vendido pela Oxiteno México e Oxiteno Andina. Em relação ao 4T10, o volume de vendas foi 8% (14 mil tons) menor, em função do efeito da sazonalidade entre trimestres e das paradas. A receita líquida da Oxiteno totalizou R\$ 548 milhões no 1T11, 16% acima do 1T10, apesar do Real 7% mais valorizado e do volume vendido 5% menor, em função da recuperação dos preços médios em dólares ao longo dos últimos 12 meses e da melhor composição de vendas no 1T11. Em relação ao 4T10, a receita líquida apresentou um aumento de 5%, principalmente em função dos maiores preços médios em dólares e da melhor composição de vendas, apesar da redução no volume de vendas e do Real mais valorizado.

Ultracargo: No 1T11, a armazenagem média da Ultracargo se manteve estável em relação ao 1T10 e 4T10, em função da menor movimentação de etanol, fruto da restrição de oferta do produto, e de paradas no polo petroquímico de Camaçari, que afetaram a movimentação de produtos químicos no terminal de Aratu, compensados pelo crescimento em outros terminais. A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 62 milhões no 1T11, 25% abaixo do 1T10, em função da venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário. Em relação ao 4T10, a receita líquida apresentou um aumento de 5%, em função da melhor composição de vendas, com maior participação de movimentação de químicos, e da maior ocupação efetiva.

Custo dos Produtos Vendidos: O custo dos produtos vendidos da Ultrapar totalizou R\$ 9.980 milhões no 1T11, 8% acima do 1T10, em função do maior custo dos produtos vendidos na Ultragas, Ipiranga e Oxiteno. Em relação ao 4T10, o custo dos produtos vendidos da Ultrapar apresentou redução de 4%, em função da sazonalidade entre períodos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ultragaz: O custo dos produtos vendidos da Ultragaz totalizou R\$ 736 milhões no 1T11, aumento de 3% em relação ao 1T10, em linha com o maior volume vendido. Em relação ao 4T10, o custo dos produtos vendidos apresentou redução de 6%, principalmente em função do volume sazonalmente menor.

Ipiranga: O custo dos produtos vendidos da Ipiranga somou R\$ 8.809 milhões no 1T11, aumento de 8% em relação ao 1T10, principalmente em função do maior volume vendido e do aumento nos custos do etanol, decorrente da menor disponibilidade do produto. Em relação ao 4T10, o custo dos produtos vendidos da Ipiranga apresentou redução de 4%, principalmente em função do volume sazonalmente menor, parcialmente compensado pelo aumento nos custos do biodiesel e do etanol e pela maior participação de gasolina na composição de vendas.

Oxiten: O custo dos produtos vendidos da Oxiten no 1T11 totalizou R\$ 418 milhões, 6% acima do 1T10, em função do aumento de 18% nos custos variáveis unitários em dólares, parcialmente compensados pela redução de 5% do volume vendido e pelo Real 7% mais valorizado. Em relação ao 4T10, o custo dos produtos vendidos se manteve estável, com a variação nos custos variáveis unitários em dólares compensada pelo menor volume vendido e pelo Real mais valorizado.

Ultracargo: O custo dos serviços prestados da Ultracargo no 1T11 foi de R\$ 26 milhões, 36% abaixo do 1T10, em função do efeito da venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário. Em relação ao 4T10, o custo dos serviços prestados apresentou aumento de 2%, seguindo a variação de volumes.

Lucro Bruto: A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 826 milhões no 1T11, um aumento de 19% em relação ao 1T10 em função do aumento do lucro bruto observado na Ipiranga, Oxiten e Ultragaz. Em relação ao 4T10, o lucro bruto da Ultrapar apresentou redução de 3%, em função da sazonalidade entre períodos.

Despesas Gerais, Administrativas e de Vendas: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar somaram R\$ 503 milhões no 1T11, 11% acima do 1T10. Em relação ao 4T10, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultrapar apresentaram redução de 3%.

Ultragaz: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragaz somaram R\$ 85 milhões no 1T11, redução de 2% em relação ao 1T10, apesar do crescimento de 3% no volume vendido e dos efeitos da inflação sobre as despesas, em função da maior remuneração variável no 1T10. Em relação ao 4T10, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultragaz apresentaram redução de 16%, principalmente em função do volume sazonalmente menor e da remuneração variável.

Ipiranga: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga totalizaram R\$ 321 milhões no 1T11, 13% acima do 1T10, em função do maior volume vendido, da inflação sobre as despesas, da maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados, e de projetos de expansão das atividades. Em relação ao 4T10, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Ipiranga se mantiveram estáveis.

Oxiten: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxiten totalizaram R\$ 80 milhões no 1T11, aumento de 24% em relação ao 1T10, em função dos efeitos da inflação sobre as despesas e da maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados. Em relação ao 4T10, as despesas gerais, administrativas e de vendas da Oxiten se mantiveram praticamente estáveis.

Ultracargo: As despesas gerais, administrativas e de vendas da Ultracargo totalizaram R\$ 15 milhões no 1T11, 21% abaixo do 1T10, principalmente em função do efeito da venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário. Em relação ao 4T10, as despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram redução de 6%, em função de maior remuneração variável no 4T10.

Depreciação e Amortização: O total de custos e despesas com depreciação e amortização no 1T11 foi de R\$ 136 milhões, 3% acima do 1T10 e 1% abaixo do 4T10.

Resultado na venda de bens: A Ultrapar registrou no 1T11 uma receita líquida na venda de bens, no montante de R\$ 3 milhões, decorrente principalmente da venda de imóveis. Em relação ao 4T10, a receita líquida na

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

venda de bens apresentou redução de R\$ 67 milhões, em função da venda de ativos imobilizados e de recebimento relacionado à Maxfácil no 4T10.

Lucro Operacional: A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 334 milhões no 1T11, 35% acima do lucro operacional do 1T10 em função do aumento do lucro operacional da Ipiranga, Oxiteno e Ultragaz. Em relação ao 4T10, o lucro operacional da Ultrapar apresentou uma redução de 16%, principalmente em função do maior resultado na venda de bens no 4T10.

Resultado financeiro: A Ultrapar apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 66 milhões no 1T11, R\$ 7 milhões abaixo da despesa financeira líquida do 1T10, em função principalmente da redução no custo do endividamento. Em relação ao 4T10, a despesa financeira líquida foi R\$ 2 milhões superior. O índice de endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses reduziu de 1,7 vez ao final do 1T10 para 1,4 vez ao final do 1T11.

Imposto de Renda e Contribuição Social / Incentivos Fiscais: A Ultrapar apresentou no 1T11 uma despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida de incentivos fiscais, no valor de R\$ 74 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 52 milhões no 1T10, principalmente em função do maior lucro tributável no 1T11. Em relação ao 4T10, houve uma redução de 16% na despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social líquida de incentivos fiscais.

Lucro Líquido: O lucro líquido consolidado da Ultrapar no 1T11 foi de R\$ 194 milhões, crescimento de 58% em relação ao 1T10, em função do crescimento do EBITDA e da menor despesa financeira líquida. Em relação ao 4T10, o lucro líquido apresentou redução de 21%, principalmente em função do maior resultado na venda de bens no 4T10.

EBITDA: A Ultrapar apresentou EBITDA de R\$ 467 milhões no 1T11, 23% acima do 1T10, em função do crescimento de EBITDA da Ultragaz, Ipiranga e Oxiteno, e em linha com o 4T10.

Ultragaz: A Ultragaz apresentou EBITDA de R\$ 73 milhões no 1T11, aumento de 2% em relação ao 1T10, principalmente em função do maior volume vendido. Em relação ao 4T10, o EBITDA da Ultragaz apresentou aumento de 28%, principalmente em função de outras despesas operacionais com estudos e projetos de R\$ 12 milhões no 4T10.

Ipiranga: A Ipiranga apresentou EBITDA de R\$ 286 milhões no 1T11, aumento de 26% em relação ao 1T10, principalmente em função do maior volume vendido, melhor composição de vendas e recuperação das margens. Em relação ao 4T10, o EBITDA da Ipiranga apresentou redução de 11%, em função do volume sazonalmente menor, parcialmente compensado pelos fatores mencionados acima.

Oxiteno: A Oxiteno apresentou EBITDA de R\$ 74 milhões no 1T11, crescimento de 96% em relação ao 1T10, em função da recuperação das margens ao longo dos últimos 12 meses e da melhor composição de vendas no 1T11, que compensaram os efeitos decorrentes da (i) redução de 5% no volume vendido, em decorrência de paradas não programadas no polo petroquímico de Camaçari e (ii) valorização de 7% do Real. Em relação ao 4T10, o EBITDA da Oxiteno apresentou aumento de 38%, apesar do volume sazonalmente menor, principalmente em função da recuperação das margens e da melhor composição de vendas no 1T11.

Ultracargo: A Ultracargo apresentou EBITDA de R\$ 28 milhões no 1T11, 6% abaixo do 1T10, principalmente em função dos efeitos da venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário em julho de 2010. Em relação ao 4T10, o EBITDA da Ultracargo apresentou aumento de 14%, em função principalmente da melhor composição de vendas, com maior participação de movimentação de químicos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**EBITDA**

<i>R\$ milhões</i>	1T11	1T10	4T10	Varição 1T11 X 1T10	Varição 1T11 x 4T10
Ultrapar	467,1	379,1	464,9	23%	0%
Ultragaz	72,6	70,9	56,6	2%	28%
Ipiranga	286,5	227,7	321,4	26%	-11%
Oxiteno	74,5	38,0	53,9	96%	38%
Ultracargo	28,5	30,4	25,0	-6%	14%

A divulgação de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida de nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações. O EBITDA acima apresentado foi calculado a partir do lucro operacional antes do resultado financeiro, acrescido de despesas com depreciação e amortização, e descontado do resultado da venda de bens. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional, além de vincularmos esta medida a uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo o resultado da venda de bens, despesas com juros, tributos, depreciação e amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária ou dos níveis de resultado da alienação de bens, depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA é uma medida útil para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de gestão. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA em obrigações (*covenants*) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo os princípios contábeis brasileiros, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda, depreciação, investimentos e outros encargos relacionados.

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que nossos auditores externos, KPMG Auditores Independentes, não prestaram, no período referente aos primeiros três meses de 2011, quaisquer outros serviços que não os relacionados à auditoria externa da Ultrapar e de suas coligadas e controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade Anônima domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços e em atividades congêneres, inclusive pela subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis claros/lubrificantes e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e na comercialização de produtos químicos (“Oxiten”) e na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (“Ultracargo”). A Sociedade também atua na atividade de refino de petróleo, através de participação na Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (“RPR”).

2 Resumo das principais práticas contábeis

Visando a convergência das regras contábeis brasileiras ao *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), durante 2009 e 2010, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu diversas deliberações aprovando os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e estabeleceu um novo padrão contábil aplicável no Brasil a partir de 2010 (“Novo BR GAAP”). Estes pronunciamentos estão em conformidade com o IFRS, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações trimestrais de 31 de março de 2011 foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 581/09 (CPC 21) e *International Accounting Standards* (“IAS”) 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB.

As informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas de acordo com o Novo BR GAAP que difere do IFRS em dois aspectos. O IFRS não prevê o reconhecimento da equivalência patrimonial nas informações trimestrais da controladora. Em adição à equivalência patrimonial, as informações trimestrais da controladora de 2010 elaboradas de acordo com o Novo BR GAAP possuem outra diferença em relação ao padrão contábil do IFRS, conforme expressamente permitido pelo CPC 43 (R1), referente ao ativo diferido, baixado em 31 de dezembro de 2010, data em que foi eliminada esta diferença.

As informações trimestrais consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com o IFRS emitido pelo IASB. As informações trimestrais consolidadas de 2010, anteriormente divulgadas em Novo BR GAAP (conforme CPC 43), estão sendo apresentadas considerando a baixa do ativo diferido na adoção inicial do IFRS (conforme CPC 43 R1). Vide nota explicativa nº 28 para maiores detalhes dos efeitos da amortização do ativo diferido no resultado do 1º trimestre de 2010.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas, de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

As receitas de vendas e os custos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. As receitas de serviços prestados e os respectivos custos são reconhecidos no resultado em função da sua realização. O custo das vendas e dos serviços prestados inclui o custo de mercadorias (principalmente combustíveis/lubrificantes e GLP), custo de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e o custo de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Equivalentes de caixa

Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes dos equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Instrumentos financeiros

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foram classificados nas seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao valor justo. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado, caso ocorra sua liquidação antecipada.
- Empréstimos e recebíveis: instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A Sociedade e suas controladas designam como hedge de fluxo de caixa certos instrumentos financeiros derivativos, utilizados como proteção a variações nas taxas de juros e a variações na taxa de câmbio. No caso dos derivativos designados para hedge de fluxo de caixa da variação nas taxas de juros, a diferença entre o valor justo do instrumento financeiro e o seu custo corrigido é reconhecida na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, não afetando a demonstração do resultado da Sociedade e suas controladas. No caso dos derivativos cambiais designados pela controlada RPR para proteção do fluxo de caixa futuro, o efeito da variação cambial no derivativo é lançado na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido até o momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultados. A diferença entre o valor justo do derivativo e o custo corrigido é reconhecida diretamente no resultado da controlada.

A Sociedade e suas controladas designam como hedge de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais. Tais variações, bem como a diferença entre o valor justo e o custo corrigido do instrumento financeiro derivativo, são contabilizadas no resultado.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 20.

d. Ativos circulante e não circulante

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera seu valor realizável líquido ou de recuperação.

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.r).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais da controladora.

Os investimentos em sociedades em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo que estejam sob controle compartilhado, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 11). Nas informações trimestrais consolidadas, os investimentos sob controle compartilhado são consolidados proporcionalmente à participação da Sociedade (vide nota explicativa nº 3).

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, inclusive encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração. Os itens do imobilizado adquiridos anteriormente a 31 de dezembro de 1997 estão corrigidos monetariamente até aquela data.

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, e são revisados periodicamente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil-econômica dos bens.

g. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Sociedade e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme a nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.g).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e nas quais a opção de compra no final do contrato é equivalente ao valor a mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 21.d).

h. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os principais critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de prováveis perdas (recuperabilidade). Em conformidade com o IFRS 3(R), os ágios são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa para fins de teste de recuperabilidade.
- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição, líquido da amortização acumulada.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente, nem que possuam vida útil indefinida, exceto ágio por rentabilidade futura.

i. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das informações trimestrais. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, incluindo a parcela de incentivos fiscais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.b).

k. Provisão para retirada de tanques

Esta provisão corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O valor estimado da obrigação de retirada desse ativo é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O ativo correspondente é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 16). O custo de retirada estimado é revisado periodicamente.

l. Provisão para contingências

A provisão para contingências é constituída para os riscos contingentes estimáveis, onde a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 21.a).

m. Compromisso atuarial com benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado, conforme comentado na nota explicativa nº 22.b).

n. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira realizadas pela Sociedade ou suas controladas são convertidas para a moeda funcional das mesmas pela taxa de câmbio em vigor na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto da Sociedade e suas controladas são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado do período até sua realização.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

o. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas Oxiteno México S.A. de C.V. e suas controladas, localizadas no México (moeda Pesos Mexicanos), e Oxiteno Andina, C.A., localizada na Venezuela (moeda Bolívares Fortes), cuja moeda funcional é diferente da Sociedade (moeda Reais), são convertidos pela taxa de câmbio da data das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 31 de março de 2011 foi de R\$ 18.127 de perda cambial (perda de R\$ 18.597 em 31 de dezembro de 2010).

Para fins de IFRS, embasado no IAS 29, a Venezuela passou a ser considerada um país de economia hiperinflacionária a partir de 2010, conseqüentemente as informações trimestrais da Oxiteno Andina C.A. estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio do encerramento do respectivo período. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 31 de março de 2011 totalizou R\$ 243 (ganho de R\$ 609 em 31 de março de 2010).

p. Uso de estimativas

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para efetuar estas estimativas, a administração da Sociedade e suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As informações trimestrais incluem, portanto, entre outros, estimativas referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4, 14 e 20), determinações de provisões para imposto de renda (nota explicativa nº 9), à vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (nota explicativa nº 13), provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 21.a), estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 22). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

q. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil do ativo com o objetivo de mensurar sua possível deterioração, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo poderá não ser recuperado pelo fluxo de caixa futuro estimado que se espera de seu uso ou em eventual alienação. Nos casos em que os fluxos de caixa futuros esperados são menores que o valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Os fatores considerados pela Sociedade na avaliação incluem os resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma irrecuperabilidade foi registrada nos exercícios apresentados.

r. Ajuste a valor presente

As controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de ICMS sobre ativo imobilizado (CIAP – vide nota explicativa nº 7). A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo de longo prazo, e de curto prazo quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

s. Demonstrações de valor adicionado

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme Novo BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 31 de março de 2011, sendo essas:

- Isenção limitada de divulgações comparativas do IFRS 7 para adotantes iniciais
- Aperfeiçoamento do IFRS 2010
- Instrumentos financeiros IFRS 9
- Pagamentos antecipados de exigências mínimas de financiamento (modificações do IFRIC 14)
- Classificação de direitos (modificações do IAS 32)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Sociedade e suas controladas não estimaram o impacto destas novas normas em suas informações trimestrais.

A autorização para a conclusão destas informações trimestrais foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 11 de maio de 2011.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS, sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio e lucro líquidos consolidados.

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	% de participação no capital social			
		31/03/2011		31/12/2010	
		Controle		Controle	
		Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	-	99	-	99
União Vopak Armazéns Gerais Ltda. (*)	Brasil	-	50	-	50
Ultracargo Argentina S.A.	Argentina	-	100	-	100
Melamina Ultra S.A. Indústria Química	Brasil	-	99	-	99
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	100	-	100	-
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	-	99	-	99
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Barrington S.L.	Espanha	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiteno Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Oxiteno Andina, C.A.	Venezuela	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	100	-	100	-
Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda.	Brazil	-	-	-	100
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Maxfácil Participações S.A. (*)	Brasil	-	50	-	50
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	-	99	-	99
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	-	56	-	56
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	-	100	-	100
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	-	100	-	100
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	Brasil	33	-	33	-

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (*) A Sociedade mantém participação compartilhada nessas empresas, nas quais os contratos sociais estabelecem o controle conjunto. Essas *joint ventures* são reconhecidas na Sociedade utilizando-se a consolidação proporcional, conforme permitido pelo IAS 31.

A RPR tem como atividade principal o refino de petróleo, a Maxfácil Participações S.A. tem como atividade principal a administração de cartões de crédito de bandeira Ipiranga e a União Vopak Armazéns Gerais Ltda. tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no Porto de Paranaguá.

Combinação de negócios – aquisição da Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda. (“DNP”)

A Sociedade adquiriu em 1 de novembro de 2010, através da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), 100% das quotas da DNP pelo montante de R\$ 72.330, sujeito ainda a ajuste final de capital de giro. Esta aquisição reforça a estratégia de expansão, iniciada com a aquisição da Texaco, para as regiões centro-oeste, nordeste e norte do Brasil, onde o crescimento de consumo tem sido acima da média nacional e a participação de mercado da Ipiranga é menor do que nas regiões Sul e Sudeste.

O custo de aquisição foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio provisório fundamentado na expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 15.602. A mais valia para os ativos adquiridos, apurada com base em laudo elaborado por avaliador independente, é de R\$ 54.349, representativo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens.

O quadro a seguir resume a estimativa preliminar, portanto sujeita à alteração, dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na conclusão da aquisição:

	<u>R\$</u>
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.322
Contas a receber	15.295
Estoques	18.003
Outros	<u>9.672</u>
	45.292
Ativo não circulante	
Imobilizado	15.977
Intangível	46.650
Outros	8.254
Ágio	<u>15.602</u>
	86.483
Total dos ativos adquiridos e do ágio	131.775

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Passivo circulante	
Fornecedores	7.784
Imposto de renda e contribuição social	5.130
Impostos e contribuições a recolher	1.210
Salários e encargos a pagar	754
Outros	<u>6.345</u>
	21.223
Passivo não circulante	
Provisão para contingências	14.812
Imposto de renda e contribuição social	18.587
Outros	<u>4.823</u>
	38.222
Ativo líquido	72.330

Em fevereiro de 2011, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada DNP foi incorporada pela IPP.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Ativos financeiros

Os ativos financeiros, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em debêntures, títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e em títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimentos de curto prazo, cuja carteira é composta por títulos emitidos pelo governo norte americano; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	147	23	77.522	59.980
Em moeda estrangeira	-	-	13.291	12.813
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	226.994	407.681	2.324.293	2.569.625
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>227.141</u>	<u>407.704</u>	<u>2.415.106</u>	<u>2.642.418</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Aplicações financeiras**

São consideradas como aplicações financeiras, ativos financeiros que não são considerados caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	15	12.758	191.960	360.032
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	184.436	198.149
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	8.954	19.778
Total de aplicações financeiras	<u>15</u>	<u>12.758</u>	<u>385.350</u>	<u>577.959</u>
Circulante	<u>15</u>	<u>12.758</u>	<u>377.482</u>	<u>558.209</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.868</u>	<u>19.750</u>

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 20).

Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas, exceto caixa e bancos, foram classificados conforme as suas características e intenção da Sociedade em: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento e (iii) disponíveis para venda, de acordo com a tabela abaixo.

	Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	2.333.247	2.589.403
Mantidos até o vencimento	7.193	7.193
Disponíveis para venda	369.203	550.988
Ativos financeiros, exceto caixa e bancos	<u>2.709.643</u>	<u>3.147.584</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Clientes nacionais	1.620.203	1.605.767
Financiamentos a clientes – Ipiranga	214.578	202.719
Clientes estrangeiros	126.325	123.823
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(123.487)</u>	<u>(119.932)</u>
	<u>1.837.619</u>	<u>1.812.377</u>
 Circulante	 <u>1.738.423</u>	 <u>1.715.709</u>
 Não circulante	 <u>99.196</u>	 <u>96.668</u>

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes bruto é assim demonstrada:

	Total	Saldo não vencido	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31 de março de 2011	1.961.106	1.658.055	72.016	34.324	13.384	22.925	160.402
31 de dezembro de 2010	1.932.309	1.692.151	60.321	16.415	5.067	9.442	148.913

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	119.932
Adições	5.868
Baixas por utilização	<u>(2.313)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u>123.487</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***6 Estoques (Consolidado)**

	31/03/2011			31/12/2010		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Produtos acabados	216.437	(10.262)	206.175	181.419	(9.905)	171.514
Produtos em elaboração	3.020	-	3.020	7.907	-	7.907
Matérias-primas	181.422	(854)	180.568	177.123	(2.059)	175.064
Gás liquefeito de petróleo - GLP	25.451	-	25.451	26.648	-	26.648
Combustíveis, lubrificantes e graxas	617.557	(521)	617.036	553.491	(1.032)	552.459
Materiais de consumo e vasilhames para revenda	50.041	(863)	49.178	49.688	(1.028)	48.660
Adiantamentos a fornecedores	137.116	-	137.116	111.578	-	111.578
Imóveis para revenda	39.929	-	39.929	39.707	-	39.707
	<u>1.270.973</u>	<u>(12.500)</u>	<u>1.258.473</u>	<u>1.147.561</u>	<u>(14.024)</u>	<u>1.133.537</u>

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	14.024
Reversão	<u>(1.524)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	<u><u>12.500</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
IRPJ e CSLL	84.273	78.868	160.075	145.554
ICMS	-	-	199.084	202.584
Provisão para perdas de ICMS (*)	-	-	(55.951)	(56.130)
Ajuste a valor presente do ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP (vide nota explicativa nº 2.r)	-	-	(3.149)	(3.273)
PIS e COFINS	21	21	100.352	97.568
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México S.A. de C.V. e Oxiteno Andina, C.A.	-	-	13.002	10.507
IPI	-	-	5.595	4.342
Outros	1	21	7.353	7.935
Total	84.295	78.910	426.361	409.087
Circulante	41.857	69.897	326.803	354.317
Não circulante	42.438	9.013	99.558	54.770

(*) A provisão refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente.

A movimentação da provisão para perdas de ICMS é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	56.130
Adições	578
Baixas por recebimento	(757)
Saldo em 31 de março de 2011	<u>55.951</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

	Controladora			
	Mútuos		Debêntures	Resultado financeiro
	Ativo	Passivo	Ativo	
Companhia Ultragas S.A.	4.017	-	-	-
Oxiteno S.A Indústria e Comércio	1.874	-	-	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	1.071	-	-	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	-	750.000	31.060
Total em 31 de março de 2011	<u>6.962</u>	<u>-</u>	<u>750.000</u>	<u>31.060</u>
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>6.962</u>	<u>-</u>	<u>773.907</u>	
Total em 31 de março de 2010				<u>23.566</u>

	Consolidado			
	Mútuos		Operações Comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber	A Pagar
Braskem S.A.	-	-	-	3.797
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	-	-	358	-
Liquigás Distribuidora S.A.	-	-	148	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	9.654	-	-	950
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	-	-	-	278.698
Quattor Participações S.A.	-	-	539	-
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.195	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	-	-	-	256
SHV Gás Brasil Ltda.	-	-	112	-
Outros	<u>520</u>	<u>856</u>	<u>84</u>	<u>-</u>
Total em 31 de março de 2011	<u>10.174</u>	<u>4.051</u>	<u>1.241</u>	<u>283.701</u>
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>10.144</u>	<u>4.021</u>	<u>2.324</u>	<u>261.035</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Consolidado	
	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Braskem S.A.	5.153	149.579
Copagaz Distribuidora de Gas Ltda.	1.176	-
Liquigás Distribuidora S.A.	1.234	-
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	2	2.862
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	22.675	6.355.714
Quattor Participações S.A.	3.834	50.785
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (*)	-	110.527
Servgás Distribuidora de Gas S.A.	350	-
SHV Gás Brasil Ltda.	<u>412</u>	-
Total em 31 de março de 2011	<u>34.836</u>	<u>6.669.467</u>
Total em 31 de março de 2010	<u>38.850</u>	<u>6.265.932</u>

(*) Refere-se à parcela não eliminada das operações comerciais entre RPR e IPP, uma vez que a consolidação de RPR é proporcional e a de IPP integral.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para eventual liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em empréstimos e financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.i). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa de controladas e coligadas.

b. Pessoal-chave da administração – Remuneração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter nossos executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A remuneração de curto prazo se compõe de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros benefícios; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade atrelada (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focada em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 22. Em adição, a Sociedade possui plano de remuneração variável de longo prazo com o objetivo de alinhamento dos interesses de longo prazo dos diretores estatutários e acionistas, assim como a retenção destes executivos. Os diretores estatutários da Ultrapar poderão receber remuneração variável adicional, em função do desempenho das ações da Sociedade entre 2006 e 2011, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Sociedade em 5 anos.

Em 31 de março de 2011, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 6.667 (R\$ 5.938 em 31 de março de 2010). Deste total, R\$ 5.537 referem-se a remuneração de curto prazo (R\$ 5.189 em 31 de março de 2010), R\$ 808 a remuneração em ações (R\$ 588 em 31 de março de 2010) e R\$ 322 (R\$ 161 em 31 de março de 2010) a benefício pós-emprego. Em adição aos montantes acima, a Sociedade provisionou, no primeiro trimestre de 2011, R\$ 15.600 relacionado ao plano de remuneração variável de longo prazo.

c. Plano de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas, que prevê: (i) a outorga inicial de usufruto sobre ações de emissão da Sociedade, mantidas em tesouraria pelas controladas nas quais os administradores beneficiados estão registrados; e (ii) a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O valor total concedido a executivos até 31 de março de 2011, incluindo encargos tributários, foi R\$ 39.164 (R\$ 39.164 em 31 de dezembro de 2010). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao período findo em 31 de março de 2011 no montante de R\$ 1.501 (R\$ 1.095 em 31 de março de 2010) foi registrada como despesa operacional do exercício. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBovespa.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta um resumo das informações sobre as ações outorgadas aos executivos da Sociedade:

Data da outorga	Ações restritas outorgadas	Valor de mercado das ações (em R\$)	Custos totais da remuneração, incluindo impostos	Custos de remuneração reconhecidos acumulados	Custos de remuneração não reconhecidos
10 de novembro de 2010	260.000	26,78	9.602	(680)	8.922
16 de dezembro de 2009	250.000	20,75	7.155	(1.621)	5.534
8 de outubro de 2008	696.000	9,99	9.593	(4.073)	5.520
12 de dezembro de 2007	160.000	16,17	3.570	(2.021)	1.549
9 de novembro de 2006	207.200	11,62	3.322	(1.467)	1.855
14 de dezembro de 2005	93.600	8,21	1.060	(565)	495
4 de outubro de 2004	167.900	10,20	2.361	(1.535)	826
18 de dezembro de 2003	<u>239.200</u>	7,58	<u>2.501</u>	<u>(1.834)</u>	<u>667</u>
	<u>2.073.900</u>		<u>39.164</u>	<u>(13.796)</u>	<u>25.368</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	24.193	27.646
Provisões para contingências	200	185	78.136	66.898
Provisão para benefício pós-emprego (vide nota explicativa nº 22.b)	-	-	30.843	30.843
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	21.987	16.414
Parcela referente ao ágio sobre investimentos (vide nota explicativa nº 13)	-	-	292.810	306.086
Demais provisões	-	-	39.225	20.715
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	67.190	59.978
Efeito da adoção do IFRS	-	-	20.658	35.817
Total	200	185	575.042	564.397
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	604	364
Depreciação acelerada	-	-	108	109
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	2.850	7.931
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	878	842
Efeito do Regime Tributário de Transição	-	-	27.413	17.466
Total	-	-	31.853	26.712

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	-	195.098
De 1 a 2 anos	-	112.997
De 2 a 3 anos	-	94.233
De 3 a 5 anos	200	109.378
De 5 a 7 anos	-	33.204
De 7 a 10 anos	-	30.132
	<u>200</u>	<u>575.042</u>

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	6.632	(1.523)	267.601	174.406
Alíquotas oficiais de imposto - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(2.255)</u>	<u>518</u>	<u>(90.984)</u>	<u>(59.297)</u>
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Provisões operacionais e despesas indedutíveis/receitas não tributáveis	-	(4)	5.977	(5.429)
Ajuste do lucro presumido	-	-	5.962	6.151
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	-	-	131	41
Demais ajustes	<u>6</u>	<u>1</u>	<u>(2.564)</u>	<u>(164)</u>
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	<u>(2.249)</u>	<u>515</u>	<u>(81.478)</u>	<u>(58.698)</u>
Incentivos fiscais – ADENE	-	-	7.933	7.119
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	<u>(2.249)</u>	<u>515</u>	<u>(73.545)</u>	<u>(51.579)</u>
Corrente	(2.265)	(4)	(61.136)	(30.915)
Diferido	16	519	(20.342)	(27.783)
Incentivos fiscais – ADENE	-	-	7.933	7.119

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Isenção de impostos

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial ou integral de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro:

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2016
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2013
	Base de Suape	75	2018
	Base de Aracaju	75	2017
	Base de Caucaia	75	2012
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Aratu	75	2012
	Terminal de Suape	75	2015

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de contribuição social sobre o lucro (CSLL) a compensar

A Sociedade e certas controladas possuem montante total de R\$ 197.618 referente a prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL, cuja compensação é limitada a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição.

10 Despesas do exercício seguinte (Consolidado)

	31/03/2011	31/12/2010
Aluguéis	28.106	28.926
Plano de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	20.538	21.822
Propaganda e publicidade	22.357	3.769
Prêmios de seguros	10.277	8.457
Compras de vale alimentação e transporte	3.797	3.902
Tributos e demais despesas antecipadas	11.661	8.883
	<u>96.736</u>	<u>75.759</u>
Circulante	<u>57.301</u>	<u>35.148</u>
Não circulante	<u>39.435</u>	<u>40.611</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas (Controladora)

	31 de março de 2011			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riogrândense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas - R\$	728.114	1.818.074	2.566.331	45.865
Lucro líquido do período após ajuste de lucros não realizados - R\$	16.165	28.998	142.820	1.954
	31 de dezembro de 2010			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riogrândense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas - R\$	711.949	1.788.180	2.423.056	48.135
	31 de março de 2010			
Lucro líquido do período após ajuste de lucros não realizados - R\$	18.735	358	103.919	9.730

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 19.

	Investimentos		Equivalência patrimonial	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2010
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	2.566.331	2.423.056	142.820	103.919
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	1.818.074	1.788.180	28.998	358
Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda.	728.114	711.949	16.165	18.735
Refinaria de Petróleo Riogrândense S.A.	15.229	15.982	649	3.231
	<u>5.127.748</u>	<u>4.939.167</u>	<u>188.632</u>	<u>126.243</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir resume a participação de 33% na RPR atribuída à Sociedade em 31 de março de 2011:

	<u>RPR</u>
Ativo circulante	41.189
Ativo não circulante	19.910
Passivo circulante	15.005
Passivo não circulante e patrimônio líquido	46.094
Receita líquida	45.550
Custos e despesas operacionais	<u>(44.385)</u>
Lucro operacional	1.165
Resultado financeiro e imposto de renda	<u>(516)</u>
Lucro líquido	<u><u>649</u></u>

b. Sociedades coligadas (Consolidado)

	Investimentos		Equivalência patrimonial	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2010
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	6.720	6.668	52	15
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	3.720	3.722	(1)	(2)
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	2.149	2.075	75	12
	<u>12.589</u>	<u>12.465</u>	<u>126</u>	<u>25</u>

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”) participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”) que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as sócias.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. que tem como atividade principal a indústria, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia Ultragaz”) participa da Metalúrgica Plus S.A. que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento GLP e da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente essas coligadas estão com as suas atividades operacionais suspensas.

	31/03/2011				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	4.930	15.488	733	794	24
Ativo não circulante	22.858	89.989	8.936	460	3.151
Passivo circulante	578	5.747	2	17	111
Passivo não circulante	332	84.301	2.226	1.708	4.004
Patrimônio líquido	26.878	15.429	7.441	(471)	(940)
Receita líquida	961	6.911	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(949)	(6.640)	(13)	(29)	46
Resultado financeiro e imposto de renda	79	27	12	13	(9)
Lucro (prejuízo) líquido do período	91	298	(1)	(16)	37
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.125.000	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Nas informações trimestrais consolidadas, o investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pela equivalência patrimonial com base nas suas informações de 28 de fevereiro de 2011, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas informações trimestrais de 31 de março de 2011.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação	Saldo em 31/12/2010	Adições	Ajuste saldo inicial de aquisição da DNP	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/03/2011
Custo:									
Terrenos		375.669	4	-	-	2.808	(12.566)	13	365.928
Edificações	26	1.046.128	419	1.055	-	19.648	(14.059)	(49)	1.053.142
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	372.760	459	-	-	4.603	(5)	(1)	377.816
Máquinas e equipamentos	12	2.601.836	19.436	-	-	49.680	(721)	(1.056)	2.669.175
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	1.465.777	24.639	614	-	32.823	(4.182)	-	1.519.671
Tanques e vasilhames para GLP	12	362.882	23.251	-	-	-	(5.500)	-	380.633
Veículos	7	173.408	5.134	167	-	1.107	(4.615)	(7)	175.194
Móveis e utensílios	7	105.795	1.608	-	-	(981)	(8)	(635)	105.779
Obras em andamento	-	422.471	79.385	-	-	(61.101)	(172)	8	440.591
Adiantamentos a fornecedores	-	6.525	2.947	-	-	(109)	-	-	9.363
Importações em andamento	-	340	40	-	-	(68)	-	-	312
Equipamentos de informática	5	178.296	1.296	-	-	529	(122)	34	180.033
		<u>7.111.887</u>	<u>158.618</u>	<u>1.836</u>	<u>-</u>	<u>48.939</u>	<u>(41.950)</u>	<u>(1.693)</u>	<u>7.277.637</u>
Depreciação acumulada:									
Edificações		(436.875)	-	-	(9.515)	(5.953)	9.893	123	(442.327)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(195.091)	-	-	(5.314)	(96)	3	-	(200.498)
Máquinas e equipamentos		(1.130.575)	-	-	(45.398)	(41.404)	214	1.442	(1.215.721)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(834.834)	-	-	(19.036)	156	3.231	-	(850.483)
Tanques e vasilhames para GLP		(190.255)	-	-	(5.034)	-	2.004	-	(193.285)
Veículos		(109.346)	-	-	(1.180)	(309)	3.550	3	(107.282)
Móveis e utensílios		(62.325)	-	-	(2.310)	(1.257)	4	36	(65.852)
Equipamentos de informática		(146.831)	-	-	(3.198)	(76)	29	(11)	(150.087)
		<u>(3.106.132)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(90.985)</u>	<u>(48.939)</u>	<u>18.928</u>	<u>1.593</u>	<u>(3.225.535)</u>
Provisão para perdas:									
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	(197)
Máquinas e equipamentos		(1.854)	-	-	-	-	250	-	(1.604)
		<u>(2.051)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>250</u>	<u>-</u>	<u>(1.801)</u>
Custo líquido		<u>4.003.704</u>	<u>158.618</u>	<u>1.836</u>	<u>(90.985)</u>	<u>-</u>	<u>(22.772)</u>	<u>(100)</u>	<u>4.050.301</u>

As obras em andamento referem-se substancialmente: (i) às ampliações e reformas dos parques industriais e (ii) à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	<u>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</u>	<u>Software</u>	<u>Tecnologia</u>	<u>Direitos de propriedade comercial</u>	<u>Fundo de comércio</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	714.391	68.187	12.011	12.466	535.081	3.475	1.345.611
Ajuste saldo inicial de aquisição DNP	(22.901)	-	-	-	4.865	-	(18.036)
Adições	-	4.729	-	-	40.397	19	45.145
Baixas	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Amortizações	-	(6.310)	(1.101)	(137)	(41.567)	(29)	(49.144)
Variação cambial	-	-	-	-	-	74	74
IR/CSLL Diferidos	(8.038)	-	-	-	-	-	(8.038)
Saldo em 31 de março de 2011	<u>683.452</u>	<u>66.606</u>	<u>10.910</u>	<u>12.329</u>	<u>538.776</u>	<u>3.527</u>	<u>1.315.600</u>
Prazo médio ponderado de amortização (anos)	-	5	5	30	5	10	

Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização, e o saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade.

A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por rentabilidade futura em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	31/03/2011	31/12/2010
Ágio na aquisição de:		
Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	211.089	211.089
Texaco	177.759	177.759
DNP	15.602	46.541
Outros	2.278	2.278
	<u>683.452</u>	<u>714.391</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

A Sociedade registra como tecnologia, certos direitos de uso detidos pelas controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”). Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de etileno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- Em 11 de julho de 2002, a controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”) assinou contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o Terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2002 e julho de 2042.
- Adicionalmente, a controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao Porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2005 e dezembro de 2022.

Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos).

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 5.120 no resultado de 31 de março de 2011 (R\$ 4.442 no resultado de 31 de março de 2010).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	31/03/2011	31/12/2010	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/03/2011 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b)	411.563	413.284	US\$	+7,2	2015
Empréstimo sindicalizado (c)	97.958	99.749	US\$ + LIBOR (i)	+1,2	2011
BNDES (d)	63.266	67.195	US\$	+6,0	2011 a 2017
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	61.697	41.626	US\$	+1,5	< 340 dias
Adiantamento de Cambiais Entregues	44.231	64.080	US\$	+1,3	< 123 dias
Instituições financeiras	18.337	16.656	MX\$ + THIE (ii)	+2,5	2011 a 2014
Instituições financeiras - RPR	6.568	1.581	US\$	+1,6	2011
Instituições financeiras	6.552	6.740	US\$ + LIBOR (i)	+2,1	2011
FINIMP	775	779	US\$	+7,0	2012
Instituições financeiras	19	22	Bs (iii)	+28,0	2013
BNDES (d)	1	8	UMBNDDES (iv)	+7,5	2011
Subtotal	<u>710.967</u>	<u>711.720</u>			
Moeda nacional:					
Banco do Brasil (e)	1.945.973	1.916.257	R\$	+11,8	2012 a 2015
Debêntures (f)	1.232.354	1.196.116	CDI	108,5	2012
BNDES (d)	1.067.625	1.178.081	TJLP (v)	+3,6	2011 a 2019
Banco do Nordeste do Brasil	96.043	99.355	R\$	+8,5 (vi)	2018
Empréstimo – MaxFácil	79.435	77.391	CDI	100,0	2012
BNDES (d)	64.490	65.137	R\$	+5,9	2011 a 2021
FINEP	56.525	61.738	TJLP (v)	+0,6	2013 a 2014
Debêntures – RPR (f)	17.316	-	CDI	118,0	2014
FINAME	4.700	5.922	TJLP (v)	+2,8	2011 a 2013
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (g)	1.962	2.171	R\$	+14,9	2011 a 2014
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (g)	1.799	3.374	CDI	+1,7	2011
Outros	344	634	CDI	+1,8	2011
Empréstimo de capital de giro - RPR	-	23.765			
Subtotal	<u>4.568.566</u>	<u>4.629.941</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros	<u>74.449</u>	<u>54.372</u>			
Total	<u>5.353.982</u>	<u>5.396.033</u>			
Circulante	<u>1.338.045</u>	<u>820.484</u>			
Não circulante	<u>4.015.937</u>	<u>4.575.549</u>			

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) Bs = bolívar forte venezuelano.
- (iv) UMBNDES = unidade monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). É uma “cesta de moedas” representando a composição das obrigações de dívida em moeda estrangeira do BNDES. Em março de 2011, esta composição refletia em 96% o dólar norte-americano.
- (v) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do BNDES. Em 31 de março de 2011, a TJLP estava fixada em 6% a.a.
- (vi) Contrato vinculado à taxa do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), fundo que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste. Em 31 de março de 2011, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a. Sobre os juros incide bônus de adimplência de 15%.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/03/2011	31/12/2010
De 1 a 2 anos	2.201.002	2.197.838
De 2 a 3 anos	493.546	1.024.879
De 3 a 4 anos	438.251	440.504
De 4 a 5 anos	811.794	824.695
Mais de 5 anos	71.344	87.633
	<u>4.015.937</u>	<u>4.575.549</u>

Conforme IAS 39, os custos de transação e prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.h).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 20).

b. Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International Inc. (“LPG”) emitiu US\$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,25% a.a., pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento em junho de 2006. O preço da emissão foi de 98,75% do valor de face da nota, o que representou um rendimento total para o investidor de 7,429% a.a. no momento da emissão. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela Oxiteno S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, anteriormente mencionadas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Limitação de transações com acionistas que possuam mais de 5% de qualquer classe do capital da Sociedade, as quais não sejam tão favoráveis à Sociedade quanto se obteria em mercado.
- Obrigação de deliberação do Conselho de Administração para transações com controlador direto ou indireto da Sociedade, ou controlada deste, em montante superior a US\$ 15 milhões (excetuando-se transações da Sociedade com controladas e entre controladas).
- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e controladas.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. *Empréstimo sindicalizado*

Em junho de 2008, a controlada Oxiteno Overseas renovou empréstimo sindicalizado contratado em junho de 2005 no montante de US\$ 60 milhões. O empréstimo sindicalizado possui vencimento em junho de 2011, e encargo financeiro de LIBOR + 1,25% a.a. A Sociedade contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do empréstimo sindicalizado para 99,5% do CDI (vide nota explicativa nº 20). O empréstimo sindicalizado é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno S.A.

Em decorrência da emissão do empréstimo sindicalizado, algumas obrigações adicionais às da nota explicativa nº 14.b) também devem ser mantidas pela Sociedade:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. BNDES

A Sociedade e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,30; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A IPP contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos destes empréstimos para 98,75% do CDI em média (vide nota explicativa nº 20). A controlada IPP designa os instrumentos de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Debêntures

- Em dezembro de 2009, a Sociedade concluiu a revisão de certos termos e condições de sua terceira emissão de debêntures, em série única de 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária. Com isso, a remuneração das debêntures foi reduzida para 108,5% do CDI e sua data de vencimento foi estendida para 4 de dezembro de 2012. As debêntures possuem pagamentos de juros anuais e amortização em parcela única no vencimento, conforme características abaixo:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	4 de dezembro de 2012
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- Em novembro de 2010, a RPR efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 50 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia flutuante, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	30 de novembro de 2014
Pagamento do valor nominal:	Oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 01/03/2013 e a última em 30/11/2014
Remuneração:	118,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 01/03/2013 e a última em 30/11/2014
Repactuação:	Não haverá repactuação

A RPR recebeu os recursos oriundos desta emissão em janeiro/2011. A Sociedade consolidou a parte proporcional à sua participação na RPR.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

As controladas IPP e Serma mantêm contratos de arrendamento mercantil financeiro, principalmente relacionados a equipamentos para distribuição de combustíveis, tais como tanques, bombas, compressores de GNV, equipamentos de informática e veículos para transporte de combustíveis. Esses contratos têm prazos entre 36 e 60 meses.

As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção, e a administração possui a intenção de exercê-la. Não há quaisquer restrições impostas nestes acordos.

Os valores do imobilizado, líquido de depreciação, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, registrados em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão abaixo demonstrados:

	31/03/2011		
	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Imobilizado líquido de depreciação	<u>20.296</u>	<u>1.945</u>	<u>876</u>
Financiamento	<u>1.799</u>	<u>1.420</u>	<u>542</u>
Circulante	<u>1.799</u>	<u>614</u>	<u>262</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>806</u>	<u>280</u>
	31/12/2010		
	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Imobilizado líquido de depreciação	<u>20.731</u>	<u>1.973</u>	<u>848</u>
Financiamento	<u>3.374</u>	<u>1.568</u>	<u>603</u>
Circulante	<u>3.374</u>	<u>618</u>	<u>265</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>950</u>	<u>338</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	31/03/2011		
	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Até 1 ano	1.874	756	366
Mais de 1 ano	<u>-</u>	<u>897</u>	<u>376</u>
	<u>1.874</u>	<u>1.653</u>	<u>742</u>
	31/12/2010		
	Equipamentos de distribuição de combustíveis	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis
Até 1 ano	3.565	780	366
Mais de 1 ano	<u>-</u>	<u>1.069</u>	<u>468</u>
	<u>3.565</u>	<u>1.849</u>	<u>834</u>

As contraprestações acima incluem os valores de ISS a serem pagos nas contraprestações mensais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (%a.a.)	Saldo em 31/12/2010	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/03/2011
Banco do Brasil (e)	0,6%	24.545	-	(1.458)	23.087
Debêntures (f)	0,6%	13.851	-	(1.527)	12.324
Notas no mercado externo (b)	0,2%	4.105	-	(293)	3.812
Outros	0,6%	758	-	(342)	416
Total		43.259	-	(3.620)	39.639

O montante a apropriar ao resultado no futuro tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
Banco do Brasil (e)	10.442	7.074	3.067	2.048	456	23.087
Debêntures (f)	7.257	5.067	-	-	-	12.324
Notas no mercado externo (b)	803	803	803	803	600	3.812
Outros	87	238	52	34	5	416
Total	18.589	13.182	3.922	2.885	1.061	39.639

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Garantias

Os financiamentos estão garantidos por garantias reais no montante de R\$ 84.729 em 31 de março de 2011 (R\$ 83.749 em 31 de dezembro de 2010) e por avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 1.876.898 em 31 de março de 2011 (R\$ 2.006.064 em 31 de dezembro de 2010).

Além disso, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças bancárias de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 91.856 em 31 de março de 2011 (R\$ 141.081 em 31 de dezembro de 2010).

Algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “vendedor”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 3.951 em 31 de março de 2011 (R\$ 7.768 em 31 de dezembro de 2010), com vencimentos de até 210 dias. Até 31 de março de 2011, a Sociedade e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido no passivo circulante é de R\$ 97 em 31 de março de 2011 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2010), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 10 milhões. Em 31 de março de 2011 não havia casos de inadimplência em relação a dívidas da Sociedade e suas controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Fornecedores (Consolidado)

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fornecedores nacionais	823.306	901.272
Fornecedores estrangeiros	53.473	39.905
	<u>876.779</u>	<u>941.177</u>

A Sociedade e suas controladas adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e eteno da Braskem (vide nota explicativa nº 8.a). Esses dois fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. A Sociedade e suas controladas dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade. A Sociedade acredita que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 Provisão para retirada de tanques

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de combustíveis de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.k).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	63.891
Adições (novos tanques)	451
Gastos com tanques retirados	(783)
Despesa com atualização	1.442
Saldo em 31 de março de 2011	<u>65.001</u>
Curto prazo	4.911
Longo prazo	60.090

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

17 Receita diferida

A Sociedade e suas controladas têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/03/2011	31/12/2010
Taxa inicial de franquia am/pm	9.641	8.346
Programa de fidelidade de KM de Vantagens	12.367	11.547
Outros	455	591
	22.463	20.484
Curto prazo	15.656	14.572
Longo prazo	6.807	5.912

A Ipiranga possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos de combustíveis Ipiranga. O cliente pode trocar os pontos por descontos em produtos e serviços oferecidos pelos parceiros da Ipiranga. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga na aquisição de produtos na rede de postos e passíveis de utilização no Multiplus Fidelidade são considerados como parte da receita de vendas, com base no valor justo dos pontos emitidos. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os encargos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

A taxa inicial de franquia relacionada com a rede de lojas de conveniência am/pm e recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos com os franqueados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”) e de Nova Iorque (“NYSE”), cujo capital social subscrito e integralizado está representado por 544.383.996 ações sem valor nominal, sendo 197.719.588 ordinárias e 346.664.408 preferenciais.

Em 31 de março de 2011 estavam em circulação no exterior 55.196.012 ações preferenciais na forma de “American Depositary Receipts - ADRs”.

As ações preferenciais, não conversíveis em ordinárias, não possuem direito a voto e detêm a prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, na liquidação da Sociedade.

No início de 2000, a Sociedade concedeu, através de acordo de acionistas, o direito de “*Tag Along*”, que assegura aos acionistas não controladores da Sociedade condições idênticas às negociadas pelos acionistas controladores em caso de alienação do controle acionário da Sociedade. Em 2004, este direito passou a constar no Estatuto da Sociedade.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até que este atinja R\$ 4.500.000, mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar a proporção existente, observado o limite de 2/3 de ações preferenciais do total das ações emitidas.

b. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. No primeiro trimestre de 2011, não houve recompra de ações.

Em 31 de março de 2011, as informações trimestrais da Sociedade totalizam em tesouraria 8.295.088 ações preferenciais e 26.468 ações ordinárias, adquiridas ao custo médio de R\$ 14,45 e R\$ 4,83 por ação, respectivamente.

O preço das ações preferenciais de emissão da Sociedade em 31 de março de 2011 na BM&FBovespa era de R\$ 27,03.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 11,88 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

d. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários das provisões constituídas por essas controladas.

e. Reserva de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e inclui tanto a parcela do lucro líquido do exercício como a realização da reserva de reavaliação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajuste de avaliação patrimonial (i) as diferenças entre o valor justo e o custo corrigido das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa da variação nas taxas de juros e (ii) o efeito da variação cambial nos derivativos designados como proteção cambial pela RPR utilizados para proteção do fluxo de caixa futuro. Em todos os casos, os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros.

g. Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

h. Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembléia de acionistas ou pagamento. Os dividendos do exercício de 2010 foram pagos em 17 de março de 2011.

19 Informações sobre segmento

A Sociedade possui quatro segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico e logística. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição de combustíveis claros, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiteno) produz óxido de eteno e seus derivados, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de logística (Ultracargo) opera armazenagem, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita líquida:		
Ultragaz	866.408	841.637
Ipiranga	9.333.378	8.565.364
Oxiteno	548.299	471.879
Ultracargo	61.932	82.486
Outros (1)	56.868	89.086
Vendas entre segmentos	(60.811)	(117.060)
Total	<u>10.806.074</u>	<u>9.933.392</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	409	616
Ipiranga	5.325	11.202
Oxiteno	-	-
Ultracargo	6.680	21.885
Outros (1)	48.397	83.357
Total	<u>60.811</u>	<u>117.060</u>
Receita líquida de vendas, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	865.999	841.021
Ipiranga	9.328.053	8.554.162
Oxiteno	548.299	471.879
Ultracargo	55.252	60.601
Outros (1)	8.471	5.729
Total	<u>10.806.074</u>	<u>9.933.392</u>
Lucro operacional:		
Ultragaz	44.071	39.663
Ipiranga	215.528	162.634
Oxiteno	50.305	12.637
Ultracargo	21.423	22.869
Outros (1)	2.649	9.853
Total	<u>333.976</u>	<u>247.656</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(66.375)	(73.250)
Equivalência patrimonial de coligadas	126	25
Lucro antes dos impostos	<u>267.727</u>	<u>174.431</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultragaz	53.393	39.948
Ipiranga	114.113	65.168
Oxiteno	21.128	97.990
Ultracargo	11.107	6.998
Outros (1)	4.022	3.220
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	<u>203.763</u>	<u>213.324</u>
Provisão para retirada de tanques	(451)	(559)
Juros capitalizados	<u>(723)</u>	<u>(119)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u><u>202.589</u></u>	<u><u>212.646</u></u>
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Encargos de depreciação e amortização:		
Ultragaz	27.332	31.502
Ipiranga	74.369	64.842
Oxiteno	24.621	25.526
Ultracargo	7.073	7.703
Outros (1)	2.517	2.308
Total	<u><u>135.912</u></u>	<u><u>131.881</u></u>
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativos totais:		
Ultragaz	1.627.683	1.638.815
Ipiranga	6.377.455	6.376.269
Oxiteno	3.080.878	3.095.714
Ultracargo	1.007.127	997.438
Outros (1)	704.709	881.607
Total	<u><u>12.797.852</u></u>	<u><u>12.989.843</u></u>

(1) A linha “Outros” é formada principalmente pela controladora Ultrapar e pela participação na RPR.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos de vida longa estão localizados no Brasil, exceto os ativos de vida longa localizados no México, no montante de R\$ 26.466 em 31 de março de 2011 (R\$ 26.460 em 31 de dezembro de 2010) e na Venezuela no montante de R\$ 8.682 em 31 de março de 2011 (R\$ 8.078 em 31 de dezembro de 2010).

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, no México e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, como apresentado a seguir:

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
Receita líquida das vendas:		
Brasil	10.633.796	9.791.985
América Latina, exceto Brasil e México	46.643	71.575
América do Norte	49.550	40.019
Extremo Oriente	54.054	13.204
Europa	11.615	11.815
Outros	10.416	4.794
Total	<u>10.806.074</u>	<u>9.933.392</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela Diretoria Financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras existente há mais de 10 anos e composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da Diretoria Financeira.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

Valores em milhões de Reais	31/03/2011	31/12/2010
Ativos em moeda estrangeira		
Ativos financeiros em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	197,7	211,0
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	125,9	123,6
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros, líquidos de contas a pagar decorrentes de importação	31,1	11,3
Investimentos em controladas no exterior	86,5	72,6
	<u>441,2</u>	<u>418,5</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira	(704,4)	(710,2)
	<u>(704,4)</u>	<u>(710,2)</u>
Instrumentos de proteção cambial	97,4	122,7
Posição líquida ativa (passiva)	(165,8)	(169,0)
Posição líquida ativa (passiva) – RPR ¹	(0,7)	13,6
Posição líquida ativa (passiva) – Total	(166,5)	(155,4)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

¹ Montante destacado pela magnitude e pela RPR possuir gestão financeira independente da Sociedade. A posição líquida ativa em 31 de março de 2011 da RPR reflete o montante de R\$ 6,4 milhões de swaps cambiais contratados principalmente para proteção de importação futura de petróleo e para proteção de dívida em moeda estrangeira, líquido de (i) R\$ 6,6 milhões de financiamento em moeda estrangeira e (ii) R\$ 0,5 milhão de fornecedores em moeda estrangeira.

Com base na posição de R\$ 165,8 milhões passiva em moeda estrangeira, apresentada na tabela acima, estimamos que uma desvalorização de 10% do Real produziria efeito total de R\$ 16,6 milhões, dos quais R\$ 22,8 milhões de perda reconhecida no resultado e R\$ 6,2 milhões de ganho reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão. Com base na mesma posição, estimamos que uma valorização de 10% do Real produziria um efeito total de R\$ 16,6 milhões, dos quais R\$ 22,8 milhões de ganho reconhecido no resultado e R\$ 6,2 milhões de perda reconhecida diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão (vide nota explicativa nº 2.o).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao CDI, conforme apontado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de março de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas de pré-fixado para taxa flutuante.

Riscos de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades, aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Sociedade e suas controladas possuem aplicações financeiras em títulos públicos federais, limitados aos do governo brasileiro e de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total. Em 31 de março de 2011, a Ipiranga manteve R\$ 103.639 (R\$ 101.275 em 31 de dezembro de 2010), a Ultragaz manteve R\$ 17.714 (R\$ 16.613 em 31 de dezembro de 2010), a Oxiteno manteve R\$ 1.489 (R\$ 1.429 em 31 de dezembro de 2010) e a Ultracargo manteve R\$ 645 (R\$ 615 em 31 de dezembro de 2010) de provisão para perda potencial em suas contas e seus ativos a receber.

Riscos de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender as suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses totaliza R\$ 1.338 milhões. Adicionalmente, o plano de investimento para 2011 totaliza R\$ 1.044 milhões. Em 31 de março de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 2.800,5 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto e longo prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e nº 14).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos ou com chamada de margem não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção.

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nocial)1		Valor justo		Valores a pagar ou a receber no período (31/03/2011)	
			31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	Valor a receber	Valor a pagar
			R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
Instrumentos de proteção								
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos	Bradesco, Deutsche, Goldman	abr/2011 a dez/2015	US\$ 174,3	US\$ 165,8	279,8	271,0	279,8	-
Passivo em taxa de juros CDI	Sachs, HSBC, Itaú, Santander		US\$ (174,3)	US\$ (165,8)	(340,0)	(320,0)	-	340,0
Resultado acumulado			-	-	(60,2)	(49,0)	279,8	340,0
b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, Citibank,	abr/2011 a jul/2011	US\$ 112,2	US\$ 89,2	189,3	153,0	189,3	-
Passivo em dólares norte-americanos	Deutsche, Itaú, Santander		US\$ (112,2)	US\$ (89,2)	(180,8)	(146,7)	-	180,8
Resultado acumulado			-	-	8,5	6,3	189,3	180,8
c – Swap de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré fixada		fev/2012 a mai/2015	R\$ 1.809,5	R\$ 1.809,5	1.976,0	1.947,9	1.976,0	-
Passivo em taxa de juros CDI	Banco do Brasil		R\$ (1.809,5)	R\$ (1.809,5)	(1.982,0)	(1.931,5)	-	1.982,0
Resultado acumulado			-	-	(6,0)	16,4	1.976,0	1.982,0
d – Swap de juros em dólares norte-americanos								
Ativo em taxa de juros libor em dólares norte-americanos	Itaú	jun/2011	US\$ 60,0	US\$ 60,0	97,5	98,6	97,5	-
Passivo em taxa de juros fixa em dólares norte-americanos			US\$ (60,0)	US\$ (60,0)	(99,1)	(100,2)	-	99,1
Resultado acumulado			-	-	(1,6)	(1,6)	97,5	99,1
e – NDFs (non-deliverable forwards) - RPR								
Ativo em dólares norte-americanos				US\$ 10,3		16,6		
Passivo em taxa de juros fixa				US\$ (10,3)		(18,1)		
Resultado acumulado				-		(1,5)		
f – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos - RPR								
Ativo em dólares norte-americanos	HSBC	abr/2011	US\$ 4,0	US\$ 0,9	6,4	1,6	6,4	-
Passivo em taxa de juros CDI			US\$ (4,0)	US\$ (0,9)	(6,8)	(1,7)	-	6,8
Resultado acumulado			-	-	(0,4)	(0,1)	6,4	6,8
Resultado acumulado total bruto								
Imposto de renda			-	-	(59,7)	(29,5)	2.549,0	2.608,7
Resultado acumulado total líquido			-	-	(65,4)	(34,6)	2.543,3	2.608,7
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)								
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)			-	-	9,0	19,8		
			-	-	(74,4)	(54,4)		

1 Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima citadas foram devidamente registradas na CETIP S.A., exceto o swap de taxa de juros em dólares norte-americanos, que é um contrato de balcão regido pelo ISDA (International Swap Dealers Association, Inc.) assinado com a contraparte Banco Itaú BBA S.A. – Nassau Branch.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de março de 2011, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI. Em 31 de março de 2011, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de swap em aberto que totalizavam US\$ 174,3 milhões de principal e, na média, tinham posição ativa a US\$ + 5,46% a.a. e posição passiva a 119,74% do CDI.

Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de março de 2011, estes contratos de swap totalizavam US\$ 112,2 milhões e na média tinham uma posição ativa a 74,57% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional – O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. Em 31 de março de 2011 estes contratos de swap totalizavam R\$ 1.809,5 milhões e, na média, tinham uma posição ativa em 11,81% a.a. e passiva a 98,75% do CDI.

Proteção à taxa de juros flutuante em moeda estrangeira - O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros do empréstimo sindicalizado com principal de US\$ 60 milhões de flutuante para fixa. Em 31 de março de 2011, a controlada Oxiteno Overseas possuía um contrato de swap de US\$ 60,0 milhões de principal, com uma posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,25% a.a. e uma posição passiva em US\$ + 4,93% a.a.

Proteção à exposição cambial de compromisso firme em moeda estrangeira (RPR) – O objetivo destes contratos é compensar o efeito da variação cambial incidente sobre importação de petróleo denominada em dólares norte-americanos. Em 31 de março de 2011, a controlada RPR não possuía mais contratos de NDF (non-deliverable forwards).

Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira (RPR) – O objetivo destes contratos é compensar o efeito de variação cambial de uma dívida em dólares norte-americanos da controlada RPR, transformando-a em uma dívida em Reais indexada ao CDI. Em 31 de março de 2011, estes contratos de swap totalizavam US\$ 4,0 milhões de principal proporcional à participação da Sociedade, e tinham posição ativa a US\$ +1,84% a.a. e posição passiva a 101,25% do CDI.

A Sociedade e suas controladas designam como hedge de fluxo de caixa alguns instrumentos de proteção dos fluxos de caixa futuros. Esses instrumentos de proteção visam proteger os fluxos de caixa (i) do risco da flutuação da Libor sobre empréstimos contratados e (ii) do risco de variação cambial da controlada RPR sobre importação futura de petróleo denominada em dólares norte-americanos. Em 31 de março de 2011 esses instrumentos de proteção totalizavam US\$ 60,0 milhões.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

No caso dos derivativos designados para hedge de fluxo de caixa da variação nas taxas de juros, a diferença entre o valor justo do instrumento financeiro e o seu custo corrigido é reconhecida na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, não afetando a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas.

No caso dos derivativos cambiais designados pela controlada RPR para proteção do fluxo de caixa futuro, o efeito da variação cambial no derivativo é lançado na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido até o momento em que o item protegido afeta a demonstração de resultados. A diferença entre o valor justo do derivativo e o custo corrigido é reconhecida diretamente no resultado da controlada.

A Sociedade e suas controladas designam como hedge de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais. Em 31 de março de 2011, esses instrumentos de proteção totalizavam R\$ 1.809,5 milhões. A Sociedade e suas controladas reconheceram um ganho de R\$ 4,1 milhões no período, sendo R\$ (22,4) milhões referentes ao resultado dos instrumentos de proteção e R\$ 26,5 milhões referentes ao ajuste de valor justo da dívida.

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010 que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade e suas controladas:

	31 de março de 2011	
	Consolidado	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	(8,4)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	7,8	-
c - Swaps de juros em Reais	4,1	-
d - Swaps de juros em dólares norte-americanos	(0,8)	0,8
e - NDFs (non-deliverable forwards) - RPR	(0,9)	0,9
f - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos - RPR	(0,3)	-
Total	1,5	1,7

	31 de março de 2010	
	Consolidado	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	(0,8)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	(1,5)	-
c - Swaps de juros em Reais	1,2	-
d - Swaps de juros em dólares norte-americanos	(0,8)	0,1
e - NDFs (non-deliverable forwards) - RPR	0,7	1,7
Total	(1,2)	1,8

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela acima não considera o efeito da variação cambial nos swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto do hedge (dívida) e considera o efeito da designação dos instrumentos de proteção de juros em Reais.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão demonstrados a seguir:

	31/03/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:				
Disponibilidades	90.813	90.813	72.793	72.793
Aplicações financeiras	2.700.689	2.700.689	3.127.806	3.127.806
Instrumentos de proteção cambial e de juros	8.954	8.954	19.778	19.778
	2.800.456	2.800.456	3.220.377	3.220.377
Passivos financeiros:				
Financiamentos	4.026.102	4.072.461	4.140.000	4.188.937
Debêntures	1.249.670	1.246.210	1.196.116	1.182.380
Arrendamento mercantil financeiro	3.761	3.761	5.545	5.545
Instrumentos de proteção cambial e de juros	74.449	74.449	54.372	54.372
	5.353.982	5.396.881	5.396.033	5.431.234

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Para alguns

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4), (iii) financiamento do Banco do Brasil que está mensurado ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14.e), (iv) contas a receber de clientes que possuem vendor (vide nota explicativa nº 14.i) e financiamentos de clientes da Ipiranga (vide nota explicativa nº 5), que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. Desta forma, os instrumentos financeiros contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, contas a pagar e fornecedores estão substancialmente classificados como empréstimos e recebíveis.

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Sociedade e de suas controladas em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Valor justo em 31 de março de 2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:				
Disponibilidades	90.813	90.813	-	-
Aplicações financeiras	2.700.689	2.529.081	171.608	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	8.954	-	8.954	-
	<u>2.800.456</u>	<u>2.619.894</u>	<u>180.562</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:				
Banco do Brasil	1.945.973	-	1.945.973	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	74.449	-	74.449	-
	<u>2.020.422</u>	<u>-</u>	<u>2.020.422</u>	<u>-</u>
	Valor justo em 31 de dezembro de 2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:				
Disponibilidades	72.793	72.793	-	-
Aplicações financeiras	3.127.806	2.946.279	181.527	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	19.778	-	19.778	-
	<u>3.220.377</u>	<u>3.019.072</u>	<u>201.305</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:				
Banco do Brasil	1.916.257	-	1.916.257	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	54.372	-	54.372	-
	<u>1.970.629</u>	<u>-</u>	<u>1.970.629</u>	<u>-</u>

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBovespa em 31 de março de 2011. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 2,34 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2011, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2011 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólar				
(1) Swaps dólar norte-americano/ Real	Valorização do dólar	57.785	144.287	230.789
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar		(57.785)	(144.287)	(230.789)
(1) + (2)	Efeito Líquido	0	0	0
Swaps cambiais passivos em dólar				
(3) Swaps Real / dólar norte-americano	Desvalorização do dólar	(2.220)	(48.467)	(94.713)
(4) Margem bruta da Oxiteno		2.220	48.467	94.713
(3) + (4)	Efeito Líquido	0	0	0
Swaps cambiais ativos em dólar (RPR)				
(5) Swaps dólar norte-americano/ Real	Valorização do dólar	0	1.643	3.286
(6) Dívidas em dólar		0	(1.642)	(3.284)
(5) + (6)	Efeito Líquido	0	1	2

Para a análise de sensibilidade do instrumento de proteção à taxa de juros em dólar, a Sociedade utilizou a curva futura da LIBOR (BBA – British Bankers Association) em 31 de março de 2011 para o vencimento do swap e do empréstimo sindicalizado (objeto de proteção), que ocorre em 2011, para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de LIBOR provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em dólar (LIBOR), a administração estimou os valores do seu empréstimo e do instrumento de proteção através de cálculo dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado de acordo com os cenários projetados, trazendo-os a valor presente pela taxa vigente em 31 de março de 2011. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em dólar)				
(1) Swap LIBOR - taxa fixa	Alta da LIBOR	0	25	49
(2) Dívida LIBOR		0	(26)	(52)
(1) + (2)	Efeito Líquido	0	(1)	(3)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBovespa em 31 de março de 2011 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Alta da taxa pré-	0	(120.920)	(229.859)
(2) Dívida a taxa fixa	fixada	0	120.949	229.921
(1) + (2)	Efeito Líquido	0	29	62

21 Provisões, contingências e compromissos (Consolidado)

a. Processos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para suportar a compensação de créditos de PIS e COFINS com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Nos termos da liminar obtida, as controladas vêm realizando o depósito judicial desses débitos, cujo saldo totaliza R\$ 191.452 em 31 de março de 2011 (R\$ 185.398 em 31 de dezembro de 2010) e constituindo passivo correspondente para esse fim.

As controladas Cia. Ultragaz, Utingás Armazenadora S.A. (“Utingás”), Tequimar e Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) possuem medidas judiciais com pedido de liminar pleiteando o aproveitamento integral e imediato da correção complementar Índice de Preços ao Consumidor - IPC/Bônus do Tesouro Nacional – BTN, verificada em 1990 (Lei 8.200/91); as controladas Cia. Ultragaz, Utingás e Tequimar optaram por incluir as contingências relacionadas aos seus processos na anistia da Lei nº 11.941/09 e as reclassificaram contabilmente para a rubrica de contas a pagar no exercício anterior. A Ultracargo Participações mantém provisão de R\$ 998 em 31 de março de 2011 (R\$ 980 em 31 de dezembro de 2010), para fazer face a possíveis contingências caso venham a perder tais ações.

A Sociedade e algumas de suas controladas possuem medidas judiciais com pedido de liminar visando não se submeterem à legislação que restringiu a compensação dos prejuízos fiscais (IRPJ) e das bases negativas (CSLL) apurados até 31 de dezembro de 1994 a 30% do lucro do exercício. Em decorrência do posicionamento do Supremo Tribunal Federal - STF e com base na opinião dos seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essa contingência no valor de R\$ 6.535 em 31 de março de 2011 (R\$ 6.481 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP possui Ação Declaratória discutindo a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou indedutível a CSLL na base de cálculo do IRPJ. Essa ação teve seu provimento negado em 1ª e 2ª instâncias, e no STF o recurso extraordinário não foi admitido, regressando os autos ao Tribunal de origem para novo julgamento. Amparada por decisão proferida em Medida Cautelar vinculada aos autos da ação principal, a controlada efetuou depósitos judiciais dos valores questionados e mantém provisão para essa contingência no valor de R\$ 13.103 em 31 de março de 2011 (R\$ 12.934 em 31 de dezembro de 2010).

As controladas Oxiteno Nordeste e Oxiteno S.A. possuem Mandados de Segurança visando à exclusão das receitas de exportação da base de cálculo da CSLL. A Oxiteno Nordeste obteve liminar e vem depositando judicialmente os valores em discussão, bem como provisionando a correspondente contingência, no montante de R\$ 1.004 em 31 de março de 2011 (R\$ 982 em 31 de dezembro de 2010); a controlada Oxiteno S.A. aguarda julgamento do recurso interposto contra sentença que negou o pedido, e continua pagando a CSLL normalmente. Embora em agosto de 2010 o STF tenha se posicionado contrário à tese, em julgamento de *leading case* sobre o tema, essa decisão tem validade apenas entre as partes, não afetando diretamente as ações das controladas.

As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, RPR, Tropical Transportes Ipiranga Ltda. (“Tropical”), Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) e IPP possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP obtiveram liminares e efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R\$ 61.456 em 31 de março de 2011 (R\$ 57.302 em 31 de dezembro de 2010); as demais controladas não obtiveram liminares e aguardam julgamento das ações nos Tribunais Regionais Federais competentes.

A Sociedade e suas controladas obtiveram medidas liminares para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão favoravelmente aos contribuintes. Muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 35.972, já deduzidos os honorários advocatícios.

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para PIS e COFINS incidentes sobre créditos de juros sobre capital próprio. O valor total provisionado em R\$ 19.526 em 31 de março de 2011 (31 de dezembro de 2010 é de R\$ 19.216).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP e suas controladas possuem provisões para contingências relativas a ICMS referentes, principalmente, a: (a) apropriação do crédito relativo à diferença entre o valor que serviu de base para a retenção do imposto e o valor efetivamente praticado na venda a consumidor final, implicando em excesso de retenção do ICMS pelas refinarias, R\$ 10.325; (b) autuações por vendas interestaduais de combustíveis para clientes industriais sem tributação do ICMS, em virtude da interpretação do disposto no artigo 2º da LC 87/96, R\$ 28.411; (c) autuações por aproveitamento de crédito presumido decorrente de operações de transferências interestaduais de Alcool Etílico Hidratado Carburante (AEHC), uma vez que, segundo o entendimento da fiscalização estadual, o crédito presumido só era permitido quando proveniente de operações de aquisição realizadas diretamente com terceiros, R\$ 6.703; (d) exigência de ICMS-ST das distribuidoras sobre as vendas interestaduais para consumidor final, em razão de não haver a retenção sob a vigência dos Convênios ICMS 105/92 e 112/93, R\$ 4.903; (e) honorários advocatícios relativos a ações de Embargos à Execução, que foram objeto de adesão em anistia fiscal no Estado de MG, uma vez que no momento da efetivação da adesão já haviam sido fixados honorários em desfavor da empresa, R\$ 9.312; (f) exigência de ICMS sob a fundamentação comum de falta de recolhimento, sendo diversas as razões que ensejaram os lançamentos fiscais e para os quais a contraprova não é evidente, R\$ 14.842.

Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas informações trimestrais, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS em razão das entradas de álcool hidratado se darem por valores superiores às saídas, em virtude do repasse de parcela do subsídio financeiro dos usineiros (FUPA) efetuado pelas distribuidoras quando de aquisições, posteriormente ressarcido pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 87.033; (b) crédito indevido, em razão de a empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o Fisco entende erroneamente que não houve comprovação de sua origem, R\$ 15.888; (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 24.324; (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 24.505; (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo STF, R\$ 10.303; (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que a reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 19.696; (g) autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 16.174; (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente R\$ 18.458 e (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de AEHC supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 23.299.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de IPI apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado para 31 de março de 2011 é de R\$ 61.148 (R\$ 60.053 em 31 de dezembro de 2010). A controlada também possui ações judiciais visando à garantia de compensação de valores de PIS pagos a maior antes da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Lei 2.445/88 e 2.449/88, sendo que a controlada resolveu incluir parte desses processos na anistia da Lei 11.941/09, registrando o correspondente contas a pagar no montante de R\$ 30.466.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados das controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento às políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. No segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual da controlada Oxiteno Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 31 de março de 2011.

A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

A controlada Cia. Ultragaz é ré em processos judiciais relativos a perdas e danos causados por explosão, em 1996, em um shopping center localizado na cidade de Osasco - SP. Tais processos envolvem: (i) processos individuais movidos por vítimas da explosão pleiteando ressarcimento por perda de benefício econômico e danos morais; (ii) solicitação de ressarcimento de despesas da administradora do shopping center e sua seguradora; e (iii) ação coletiva pleiteando indenização de danos materiais e morais de todas as vítimas lesionadas e falecidas. A controlada acredita ter produzido provas de que os dutos de gás defeituosos do shopping center causaram o acidente e que as instalações de armazenamento de GLP da Ultragaz no local não contribuíram para a explosão. Das 64 ações julgadas até o momento, 63 lhe foram favoráveis, e destas, 39 já estão arquivadas; apenas 1 foi desfavorável e a controlada foi condenada em R\$ 17, restando apenas 1 ação ainda não julgada. A Sociedade não registrou provisão para esses processos, pois considera a probabilidade de realização dessa contingência como sendo, essencialmente, remota, além de possuir cobertura de seguro para a totalidade do valor ainda em discussão judicial.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 92.290 em 31 de março de 2011 (R\$ 91.644 em 31 de dezembro de 2010), e também mantêm provisão de R\$ 24.429 em 31 de março de 2011 (R\$ 23.259 em 31 de dezembro de 2010) para fazer face a contingências de cunho trabalhista.

A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas informações trimestrais em razão de sua natureza contingente.

As movimentações das provisões são assim apresentadas:

Provisões	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 31/03/2011
IRPJ e CSLL	194.714	9.964	(221)	3.728	208.185
PIS e COFINS	79.963	2.963	-	1.538	84.464
ICMS	104.069	506	(2.267)	2.678	104.986
INSS	15.136	-	(956)	384	14.564
Cíveis	91.644	3.271	(3.430)	805	92.290
Trabalhistas	23.259	921	(296)	545	24.429
Outros	1.346	63	-	1	1.410
Total	510.131	17.688	(7.170)	9.679	530.328

Algumas das provisões acima apresentadas possuem depósitos judiciais no montante de R\$ 261.859 em 31 de março de 2011 e R\$ 252.009 em 31 de dezembro de 2010.

A Sociedade e suas controladas decidiram incluir na anistia instituída pela Lei 11.941/09 alguns de seus débitos perante a Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Previdência Social com os benefícios de redução de multa, juros e encargos legais ali previstos. Os respectivos valores foram registrados como imposto de renda e contribuição social a pagar.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2.016
Aratu	900.000	2.022
Suape	250.000	2.027
Suape	400.000	2.029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de março de 2011, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. O compromisso mínimo de compra e a demanda real acumulada até 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A cláusula de compromisso mínimo de compra encontra-se em renegociação com a Braskem.

	Compromisso de compra mínima (acumulado 31 de março de 2011)		Demanda acumulada até 31 de março (real)	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Em toneladas de eteno	<u>36.419 (*)</u>	<u>40.551 (*)</u>	<u>37.762</u>	<u>42.697</u>

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem durante o período.

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Quattor Participações S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 19.800 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro adequadas, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo seguros patrimoniais com cobertura para os prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as bases e demais filiais de todas as controladas, exceto RPR, que contrata seu próprio seguro. O valor máximo indenizável, incluindo lucros cessantes, com base na análise de risco da máxima perda possível em um determinado local é de US\$ 1.307 milhões.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São contratados, também, seguros nas modalidades de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais, Saúde, Transportes Nacionais e Internacionais e Riscos Diversos.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores de seguros locais, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações trimestrais, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas IPP e Serma mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática.

Esses contratos têm prazos de 36 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo à data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la.

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	31/03/2011	31/12/2010
Até 1 ano	659	752
Mais de 1 ano	<u>305</u>	<u>400</u>
	<u>964</u>	<u>1.152</u>

O total de pagamentos de arrendamento mercantil operacional reconhecido como despesa do período foi R\$ 188 (R\$ 139 em 31 de março de 2010).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

A Sociedade e suas controladas oferecem um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida a seus empregados, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar. Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, que varia entre 0% e 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber mensalmente: (i) um percentual, que varia entre 0,5% e 1,0%, sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 31 de março de 2011, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 3.560 (R\$ 3.216 em 31 de março de 2010) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de março de 2011 atingiu 7.266 participantes ativos e 50 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e plano de assistência médica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

O passivo líquido relativo a tais benefícios registrado em 31 de março de 2011 é de R\$ 104.501 (R\$ 104.501 em 31 de dezembro de 2010), sendo que R\$ 12.060 (R\$ 11.339 em 31 de dezembro de 2010) estão contabilizados no passivo circulante e R\$ 92.441 (R\$ 93.162 em 31 de dezembro de 2010) no exigível a longo prazo.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente, e estão reconhecidos nas informações trimestrais de acordo com a Deliberação CVM 600/2009.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Receita bruta (Consolidado)

	31/03/2011	31/03/2010
Receita de vendas bruta – fiscal	11.098.546	10.229.619
Receita de serviços prestados bruta – fiscal	101.477	102.706
Impostos sobre vendas	(347.842)	(350.504)
Devoluções e abatimentos	(43.961)	(41.294)
Outras deduções	<u>(2.146)</u>	<u>(7.135)</u>
Receita contábil líquida	<u>10.806.074</u>	<u>9.933.392</u>

As outras deduções demonstradas na tabela acima, referem-se ao diferimento de receita requerido pelo IFRS (vide notas explicativas nº 14.i e 17).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/03/2011	31/03/2010
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	9.772.789	9.053.460
Fretes e armazenagens	167.528	139.963
Depreciação e amortização	135.912	131.881
Gastos com pessoal	281.886	252.439
Propaganda e marketing	33.461	34.909
Serviços prestados por terceiros	32.379	29.012
Aluguel de imóveis e equipamentos	13.297	14.244
Outras despesas	46.166	37.320
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>10.483.418</u>	<u>9.693.228</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos	9.980.364	9.238.108
Despesas administrativas	192.734	175.854
Despesas com vendas	310.320	279.266
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>10.483.418</u>	<u>9.693.228</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 31 de março de 2011 o resultado foi de R\$ 2.739 (receita) (receita de R\$ 394 em 31 de março de 2010) principalmente de resultado da venda de ativo imobilizado.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	41.210	24.473	73.385	35.838
Juros de clientes	-	-	11.468	11.131
Outras receitas	-	-	781	1.352
	<u>41.210</u>	<u>24.473</u>	<u>85.634</u>	<u>48.321</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(93.364)	(62.191)
Juros sobre debêntures	(36.312)	(27.957)	(36.781)	(27.957)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(176)	(373)
Encargos bancários, IOF e outros impostos	1.761	1.217	(3.985)	(7.684)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(9.942)	(3.786)
Atualizações de provisões e outras despesas (*)	(46)	(42)	(7.761)	(19.580)
	<u>(34.597)</u>	<u>(26.782)</u>	<u>(152.009)</u>	<u>(121.571)</u>
Resultado financeiro	<u>6.613</u>	<u>(2.309)</u>	<u>(66.375)</u>	<u>(73.250)</u>

(*) Em 2010, inclui efeito referente à adesão da Sociedade e suas controladas à anistia instituída pela Lei 11.941/09 (ver nota explicativa nº 21.a).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Lucro por ação

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. Para o cálculo do lucro por ação de 2010 já considera o desdobramento de ações ocorrido em 2011. Como mencionado na nota explicativa nº 8.c), a Sociedade tem um plano de remuneração em ações. Para todos os períodos apresentados, o impacto desse plano de remuneração em ações no lucro por ação diluído era mínimo e consequentemente, a Sociedade não tem apresentado o cálculo separado do montante de lucro por ação diluído.

Controladora

Lucro básico e diluído por ação	31/03/2011	31/03/2010
Lucro líquido da Sociedade	<u>193.015</u>	<u>125.235</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	533.989	533.989
Lucro básico e diluído por ação - R\$ (ações ordinárias e preferenciais)	<u>0,36</u>	<u>0,23</u>

Consolidado

Lucro básico e diluído por ação	31/03/2011	31/03/2010
Lucro líquido da Sociedade, atribuível aos acionistas da Ultrapar	<u>193.015</u>	<u>126.045</u>
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	533.989	533.989
Lucro básico e diluído por ação - R\$ (ações ordinárias e preferenciais)	<u>0,36</u>	<u>0,24</u>
Média ponderada das ações (em milhares)	31/03/2011	31/03/2010
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	533.989	533.989
Efeito da diluição		
Usufruto de ações	<u>2.074</u>	<u>1.813</u>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído:	<u>536.063</u>	<u>535.802</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

28 Conciliação entre o lucro líquido da controladora em Novo BR GAAP e IFRS

	Período findo em 31 de março de 2010
Lucro líquido da Sociedade, atribuível aos acionistas da Ultrapar	
Lucro líquido de acordo com o Novo BR GAAP	125.235
Efeitos da aplicação do IFRS:	
Amortização e baixa de ativo diferido (vide nota explicativa nº 2)	1.227
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(417)
Total	810
Lucro líquido em IFRS	126.045

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Evento subsequente

Em 04 de abril de 2011, conforme divulgado em fato relevante, o Conselho de Administração da Ultrapar deliberou submeter à assembleia geral extraordinária de acionistas (“AGE”) e à assembleia especial de acionistas preferencialistas (“AGEsp”) proposta de (i) conversão da totalidade das ações preferenciais de sua emissão em ações ordinárias, na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária; (ii) nova redação do estatuto social, prevendo diversas alterações em relação ao estatuto atualmente vigente, visando o fortalecimento de sua governança corporativa; e (iii) adesão da Ultrapar ao segmento de listagem Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Para maiores informações, vide fato relevante publicado.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES****Participação acionária, direta e indireta, dos grupos de Acionistas Controladores, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria e membros do Conselho Fiscal****Posição em 31/03/2011 (em unidades)**

	31/mar/11		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Acionistas Controladores	134.992.228	161.084	135.153.312
Membros do Conselho de Administração ¹	184	168.025	168.209
Membros da Diretoria ²	-	1.263.100	1.263.100
Membros do Conselho Fiscal	-	4.400	4.400

Nota: ¹Ações detidas por membros do Conselho de Administração que não foram incluídas no grupo de Acionistas Controladores

Se o conselheiro não faz parte do grupo de controle, considera-se apenas a participação direta.

²Ações detidas por membros da Diretoria que não foram incluídas no grupo de Acionistas Controladores

Evolução da participação acionária, direta e indireta, das pessoas pertencentes aos grupos de Acionistas Controladores, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria e membros do Conselho Fiscal (em unidades)

	31/mar/11			31/mar/10		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Acionistas Controladores	134.992.228	161.084	135.153.312	134.992.228	161.084	135.153.312
Membros do Conselho de Administração ¹	184	168.025	168.209	184	168.028	168.212
Membros da Diretoria ²	-	1.263.100	1.263.100	-	1.043.100	1.043.100
Membros do Conselho Fiscal	-	4.400	4.400	-	4.400	4.400

Nota: ¹Ações detidas por membros do Conselho de Administração que não foram incluídas no grupo de Acionistas Controladores

Se o conselheiro não faz parte do grupo de controle, considera-se apenas a participação direta.

²Ações detidas por membros da Diretoria que não foram incluídas no grupo de Acionistas Controladores

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas – Posição em 31/03/2011 (em unidades)

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Ações Representativas do Capital Social	197.719.588	346.664.408	544.383.996
(-) Ações em Tesouraria	26.468	8.295.088	8.321.556
(-) Ações em poder de Acionistas Controladores	134.992.228	161.084	135.153.312
(-) Ações em poder de Administradores	184	1.431.125	1.431.309
(-) Ações em poder de outras pessoas vinculadas*	-	810.800	810.800
Em Circulação	62.700.708	335.966.311	398.667.019
% Ações em Circulação / Total de Ações	31,71%	96,91%	73,23%

*Empresas controladas

Posição acionária de acionistas com mais de 5% do capital votante e não votante da Companhia, de forma direta e indireta, até o nível de pessoa física – Posição em 31/03/2011 (em unidades)

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Ultra S.A. Participações	130.586.776	66,05%	48	0,00%	130.586.824	23,99%
Aberdeen Asset Management PLC ¹	-	-	47.771.140	13,78%	47.771.140	8,78%
Parth Investments Company ²	37.246.920	18,84%	5.587.036	1,61%	42.833.956	7,87%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ³	-	-	31.720.499	9,15%	31.720.499	5,83%
Monteiro Aranha S.A. ⁴	20.850.548	10,55%	4.034.477	1,16%	24.885.025	4,57%
Dodge & Cox, Inc. ⁵	-	-	24.314.528	7,01%	24.314.528	4,47%
Genesis Asset Managers LLP ¹	-	-	17.367.176	5,01%	17.367.176	3,19%
Ações em tesouraria	26.468	0,01%	8.295.088	2,39%	8.321.556	1,53%
Outros	9.008.876	4,56%	207.574.416	59,88%	216.583.292	39,79%
TOTAL	197.719.588	100,00%	346.664.408	100,00%	544.383.996	100,00%

¹ Fundos de investimento sediados na Inglaterra (conforme Notificação de Participação de Acionista Relevante informada pelos respectivos fundos)² Instituição sediada no exterior, a Ultrapar não dispõe de informação de composição acionária dessa instituição³ Fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil sediado no Brasil⁴ Empresa de capital aberto com dados de participação acionária disponíveis para consulta pública⁵ Fundos de investimentos sediados nos Estados Unidos (conforme Notificação de Participação de Acionista Relevante informada pelos respectivos fundos)

ULTRA S.A. PARTICIPAÇÕES	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Fábio Igel	12.065.160	19,09%	4.954.685	19,55%	17.019.845	19,22%
Ana Maria Villela Igel	2.570.136	4,07%	9.208.690	36,34%	11.778.826	13,30%
Christy Participações Ltda.	6.425.199	10,17%	4.990.444	19,69%	11.415.643	12,89%
Paulo Guilherme Aguiar Cunha	10.654.109	16,86%	-	-	10.654.109	12,03%
Márcia Igel Joppert	7.084.323	11,21%	2.062.988	8,14%	9.147.311	10,33%
Rogério Igel	7.311.004	11,57%	1.615.027	6,37%	8.926.031	10,08%
Joyce Igel de Castro Andrade	6.398.967	10,12%	2.062.989	8,14%	8.461.956	9,56%
Lucio de Castro Andrade Filho	3.775.470	5,97%	-	-	3.775.470	4,26%
Outros	6.917.680	10,95%	448.063	1,77%	7.365.743	8,32%
TOTAL	63.202.048	100,00%	25.342.886	100,00%	88.544.934	100,00%

Outros: outras pessoas físicas, nenhuma individualmente com mais de 5%

CHRISTY PARTICIPAÇÕES LTDA.	QUOTAS	%
Maria da Conceição Coutinho Beltrão	3.066	34,90%
Hélio Marcos Coutinho Beltrão	1.906	21,70%
Cristiana Coutinho Beltrão	1.906	21,70%
Maria Coutinho Beltrão	1.906	21,70%
TOTAL	8.784	100,00%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Ultrapar Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo

CRC 1SP160482/O - 6

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	